



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

THUANNY DOS SANTOS

**FEMINISTAS NEGRAS NO BRASIL: PERSPECTIVAS TEÓRICAS
PARA O SERVIÇO SOCIAL**

SÃO CRISTÓVÃO - SE

2022

THUANNY DOS SANTOS

**FEMINISTAS NEGRAS NO BRASIL: PERSPECTIVAS TEÓRICAS
PARA O SERVIÇO SOCIAL**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe – UFS, em cumprimento dos requisitos para obtenção do grau de Bacharela em Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a Dra. Catarina Nascimento de Oliveira

SÃO CRISTÓVÃO – SE

2022

THUANNY DOS SANTOS

**FEMINISTAS NEGRAS NO BRASIL: PERSPECTIVAS TEÓRICAS
PARA O SERVIÇO SOCIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe –UFS, em cumprimento ao requisito parcial à obtenção do grau de Bacharela em Serviço Social, sob a orientação da Prof.^a Dra. Catarina Nascimento de Oliveira.

BANCA EXAMINADORA

DATA DE APROVAÇÃO: ____/____/____

Prof.^a Dr.^a Catarina Nascimento de Oliveira (Orientadora _
Departamento de Serviço Social/UFS

Prof.^a Dr.^a Tatiana Ferreira dos Santos (Examinadora Interna)
Departamento de Serviço Social/UFS

Dda. Lídia Carla Araújo dos Anjos (Examinadora Externa)
Programa de Pós-Graduação em Educação/UFS
Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas - NEABI/UFS

À Dona Dina (In memória) e a Ana Lucia por serem minhas fontes inesgotáveis de coragem, resistência, sabedoria, inspiração e amor para transpor as barreiras do preconceito. Às minhas ancestralidades que ousaram em sonhar e me possibilitaram resistir. Obrigada!

AGRADECIMENTOS

Foi longo o percurso, muitos os que direta ou indiretamente fizeram parte desta caminhada de me construir e desconstruir numa busca constante por um sonho, nesse momento, expresso tais palavras como ato de reconhecimento por todo apoio durante a trajetória, por isso, meus sinceros agradecimentos.

À minha querida e amada avó Dina que não está mais fisicamente entre nós, mas que tenho certeza que está feliz pela conclusão desta etapa. Aos meus amados avós Benício e Humberto a quem tenho a honra de ter como ancestrais. À minha mãe Ana Lúcia que sempre me apoiou me motivando mesmo quando eu estava desmotivada. As minhas tias e madrinha Roselaine que mesmo a distância emanaram sempre boa energia torcendo e vibrando a cada conquista. Às minhas amadas filhas Keytter, Kimberly, meu filho Adryan e ao meu irmão Lucas por serem minha motivação diária. Ao meu companheiro por todo o apoio.

Agradeço a Deus por me possibilitar a coragem de a cada manhã levantar na força de resistir e prosseguir. Ao meu eu agradeço por ser uma mulher negra que se permitiu se apropriar das que vieram antes de mim, na busca de verbalizar a força da mulher negra que sou composta de tantas outras.

À minha orientadora Catarina por acreditar, por ser tão paciente, por me ouvir, entender as dificuldades do processo, ao mesmo tempo em que dava força, apoio e fez deste um momento tranquilo, com momentos de alegria, pelas conversas que proporcionou grandes conhecimentos e muitas risadas e afetividade.

Aos docentes que foram ímpares na condução de uma crítica alinhada à construção de uma nova perspectiva societária em especial a Tereza Cristina Martins e Nelmires por me convidar a integrar o grupo de estudos GETEQ o qual me proporcionou momentos de debates construtivos na minha formação acadêmica. Agradeço também ao professor que ministrou disciplina de psicologia geral que provocou com suas aulas e diálogos o anseio por aprender mais acerca das dinâmicas dos feminismos e do racismo me trazendo até o exposto trabalho.

Agradeço também aos espaços que pude ocupar nessa minha empreitada pelo conhecimento acadêmico, assim também agradeço a cada colega de disciplina que conheci nessa árdua e longa caminhada. À Ana, minha amiga e parceira que a universidade me presenteou, por sempre estar presente e pelos longos diálogos, motivações e risadas que tornaram o processo mais leve. Aos amigos que entenderam, por vezes, as minhas ausências e seguiram na torcida para conclusão dessa jornada. Sou imensamente grata por tudo e por tanto!

*Não aceito mais, as coisas que não posso mudar,
estou mudando as coisas que não posso aceitar.*

(Angela Davis)

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo tecer uma reflexão sobre as contribuições teóricas do feminismo negro e suas produções acadêmicas, partindo da apreensão das categorias raça/etnia e gênero e das estruturas de poder configuradas pelo racismo e sexismo. O estudo contextualiza historicamente as organizações de mulheres negras no Brasil e o movimento feminista negro no Brasil, com diálogos das pensadoras feministas que procuram desconstruir a visão universalista das situações das mulheres na sociedade. Referências brasileiras como Léila Gonzalez (2020), Sueli Carneiro (2019), Conceição Evaristo (2009), Tereza Martins (2013) e Neuza Santos (1983), além de autoras negras de outros países a exemplo de Angela Davis (2016), Patrícia Hill Collins e bell hooks (2014), foram algumas das teóricas que compuseram a pesquisa bibliográfica. O método de pesquisa histórico-dialético de análise valeu-se da perspectiva epistemológica feminista para compreender as nuances que constroem a identidade da mulher negra enquanto sujeito/a político contra as desigualdades de gêneros e classe em uma luta antirracista. Sob a ótica das pensadoras do feminismo negro, foi possível trazer contribuições do feminismo negro num diálogo interdisciplinar, fundamentado em questões eminentes aos movimentos negros contemporâneos, de modo a situar o pensamento formulado nas produções teóricas capazes de contribuir para as investigações no âmbito do Serviço Social. As investigações revelaram a importância do movimento de mulheres negras como norteadoras das pautas feministas, com a incorporação da questão étnico-racial efetiva e assumida coletivamente. As contribuições dos estudos das teóricas feministas negras impõem uma potência aos debates ao tecer críticas contundentes sobre os marcadores de raça, gênero e classe e suas interseccionalidade. Em relação ao Serviço Social, o debate ainda é incipiente estando em processo de maturação, pois os fundamentos e desafios no que tange às discussões sobre as relações de raça e gênero e as desigualdades sociais das mulheres negras, carecem de uma compreensão na dinâmica da formação e do exercício profissional. Inserir tais discussões e para o enfrentamento das expressões do racismo e sexismo que assolam as mulheres negras, incide numa contínua construção do projeto de formação profissional do Serviço Social brasileiro.

Palavras-chave: Feminismo negro. Raça, Classe e Gênero. Interseccionalidade. Serviço Social.

ABSTRACT

The purpose of this work is to weave an reflection of the theoretical contributions of black feminism and its academic productions, starting from the apprehension of the categories race/ethnicity and gender and the structures of power configured by racism and sexism. The study historically contextualizes black women's organizations in Brazil and the black feminist movement in Brazil, with dialogues by feminist thinkers who seek to deconstruct the universalist view of women's situations in society. Brazilian references such as Léila Gonzalez (2020), Sueli Carneiro (2019), Conceição Evaristo (2009), Tereza Martins (2013) and Neuza Santos (1983), in addition to black authors from other countries such as Angela Davis (2016), Patrícia Hill Collins and bell hooks (2014), were some of the theorists who composed the bibliographical research. The historical-dialectical method of analysis relied on the feminist epistemological perspective to understand the nuances that build the identity of black women as a political subject against gender and class inequalities in an anti-racist struggle. From the perspective of black feminist thinkers, it was possible to bring contributions from black feminism in an interdisciplinary dialogue, based on issues immanent to contemporary black moments, in order to situate the thought formulated in theoretical productions capable of contributing to investigations within the scope of Social Work. The revealed the importance of the black women's movement as a guide for feminist guidelines, with the incorporation of the ethno-racial issue, effectively and collectively assumed. The contributions of the studies of black feminist theorists impose a power on the debates by making scathing criticisms about the markers of race, gender and class and their intersectionalities. In relation to Social Work, the debate is still incipient and is in the process of maturation, since the foundations and challenges regarding discussions on race and gender relations and social inequalities of black women lack an understanding of the dynamics of training and professional practice. Inserting such discussions and confronting the expressions of racism and sexism that plague black women, focuses on a continuous construction of the professional training project of Brazilian Social Work.

Keywords: Black feminism. Race, Class and Gender. Intersectionality. Social service.

SUMÁRIO

CAMINHOS INTRODUTÓRIOS	4
1. A CONSTRUÇÃO COLETIVA DOS MOVIMENTOS FEMINISTAS NEGRO	13
<i>1.1. Contextos históricos: Organizações de mulheres negras no Brasil.....</i>	<i>18</i>
<i>1.2 As principais teóricas do feminismo negro: Pautas.....</i>	<i>25</i>
<i>1.3 O movimento de mulheres negras no Brasil: “Enegrecendo o Feminismo”.....</i>	<i>32</i>
<i>1.4 O Serviço Social contra o preconceito: A intervenção para garantia de direitos.....</i>	<i>34</i>
2. ROMPENDO O SILENCIAMENTO.....	39
<i>2.1 O Feminismo Negro: Protagonizando Vozes.....</i>	<i>43</i>
<i>2.2 Interseccionalidade: Raça, Classe, Gênero e o Feminismo Negro</i>	<i>50</i>
<i>2.3 Feminismo Negro: Os efeitos das contribuições teóricas em análise.....</i>	<i>55</i>
DESATANDO NÓS: À GUIA DE CONCLUSÕES.....	60
REFERÊNCIAS	66
APÊNDICE	70

CAMINHOS INTRODUTÓRIOS



*Liberdade! Liberdade!
Abre as asas sobre nós
E que a voz da igualdade
Seja sempre a nossa voz;
(Imperatriz leopoldinense)*

A presente pesquisa tem como propósito trazer as teóricas do feminismo negro brasileiro, de modo a contextualizar elementos de ordem socio-histórica e as contribuições dessas pensadoras para a organização da identidade da mulher negra enquanto sujeita/os político contra as desigualdades e opressões de gênero, raça e classe em meio à luta antirracista.

Parto dos fatores históricos das primeiras manifestações das feministas negras no Brasil, com destaque para as décadas de 1970 e 1980 como marco histórico das organizações do feminismo negro, os quais tinham como bandeiras de luta, a melhoria da condição de vida das mulheres negras. Cabe assinalar que dentro do movimento das mulheres negras da época, o termo feminismo negro não fora amplamente usado, mas o destaque ficou para a organização de mulheres negras, enquanto a nomenclatura feminismo negro foi introduzida largamente nas produções acadêmicas.

Com o propósito de compreender tal percurso, apresentamos um conjunto de reflexões e reflexões com vistas a contextualizar o debate e as contribuições destes conteúdos para o Serviço Social objetivando incorporar, por meio de um diálogo interdisciplinar, aspectos históricos do feminismo negro, as questões que configuraram a não integração das causas das mulheres negras nas pautas de luta das questões relacionadas à discriminação sexual e também à questão social.

De início, o movimento negro reproduzia as práticas sexistas do patriarcado dominante, excluindo as mulheres das tomadas de decisões. A partir dessa motivação, as mulheres negras se inseriram nos movimentos feministas, na tentativa de encontrar respaldo para a luta da questão racial e sexista que as afligia de maneira constante, expondo-as a uma maior desigualdade em paralelo aos homens negros.

Na esperança de encontrar junto aos movimentos feministas a irmandade não encontrada no movimento negro, viram uma outra realidade ao constatar que ali se constituía a mesma exclusão e dominação das práticas racistas do patriarcado, ou seja, novamente colocando as mulheres negras em um lugar de invisibilidade para suas lutas. Face à invisibilidade e não representatividade expostas, essas mulheres se organizaram como grupos étnicos enquanto movimentos de mulheres.

A fim de compreender a situação social do negro e sobretudo das mulheres, faz-se necessário recuperar alguns elementos que caracterizaram a formação social brasileira, sobretudo em relação à acumulação capitalista e os interesses de classes antagônicas. As observações dos aspectos históricos pós-abolição são fundamentais para proporcionar um melhor entendimento das lutas sociais as qual se inserem nas questões de raça, gênero, classe e as relações desiguais do negro no Brasil. A condição de vulnerabilidade da população negra em um contexto histórico é entendida no conjunto das expressões da “questão social”¹e questão étnico-racial, as quais expõem uma desigualdade ainda maior para a parcela feminina negra alocada nos ditames da dominação das mulheres inseridas à margem de uma sociedade patriarcal.

De igual modo, cabe apreender os elementos que caracterizam a formação social e histórica brasileira diante das expressões da questão racial, e das desigualdades sociais que atingiram de forma diferente as mulheres brancas e não brancas, permeadas por adversidades decorrentes dessa formação socio-histórica. Desta forma, concordamos com a declaração de Martins (2017, p. 277-278) quando assinala que os elementos fundantes que permitem compreender a questão étnico-racial brasileira devem ser apreendidos nos processos determinantes da nossa formação social, aqui sintetizados na colonização, escravidão, constituição do capitalismo e da marcha burguesa.

O processo de colonização e escravidão fundamentam o processo de racismo, constituído no íntimo da formação social brasileira e como as dimensões do racismo perpassam por profundas mudanças, permeadas pelo processo de transição do trabalho escravo para o livre, enquanto os proprietários passam a exercer grande domínio político.

Assim, é importante compreender as estruturas da sociedade brasileira e as articulações das organizações feministas, frente às diversas discriminações que marginalizam mulheres e homens negros corroborando para uma hierarquização das relações raciais e sexuais as quais foram sujeitas/os de uma cultura de embranquecimento mascarada de uma democracia racial. Nesta direção, cabe entender os contextos das desigualdades raciais, decorrentes de uma abolição inconclusa, não acompanhada de qualquer política de inclusão efetiva que atendesse a população de ex-escravos do Brasil.

¹A concepção de questão social que abordamos aqui da questão social como parte constitutiva das relações sociais. Recomendamos a leitura de Cinco Notas a Propósito da Questão Social, de Paulo Netto, acessado em: https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/temporalis_n_3_questao_social-201804131245276705850.pdf.

Partindo desses princípios, objetivamos percorrer as ideias iniciais sobre o feminismo negro, formulada nas produções teóricas de teóricas negras, com vistas a contribuir com a consolidação deste debate dentro do Serviço Social no sentido de aprofundar as pesquisas e ainda incentivar futuras pesquisas dentro do Serviço Social. Destacamos a importância das ações do feminismo negro brasileiro, para além do recorte aqui colocado.

Justificamos que o entusiasmo acerca dos debates de raça, classe e gênero decorrem de articulações do feminismo negro na luta por uma construção da identidade da mulher negra. Também, a aproximação com às leituras revelaram a interdisciplinaridade da temática do feminismo negro em diálogo com diversas áreas do conhecimento para a construção de concepções teóricas. Face à notoriedade do delineamento acadêmico em que cresce a presença de pessoas negras adentrando na universidade, as questões raciais ganham espaço nos debates dentro e para além-muros da universidade.

Assim, buscamos contextualizar não somente as questões teóricas das autoras, mas também as produções acadêmicas que tratam das vivências do feminismo negro e das ações da luta antirracista, diante do surgimento do campo de estudo no entorno do feminismo negro brasileiro e as organizações que legitimam as lutas das mulheres negras contra as desigualdades, pautadas na construção identitária as quais “enegrecer o feminismo”, concedeu ao movimento negro um olhar para as causas iminentes às relações de poder entre mulheres e homens.

Por este ângulo, importa dizer que as primeiras motivações que me levaram a propor o presente estudo, estão vinculadas às vivências pessoais e coletivas, sobretudo, no que tange à relevância acadêmica, social e pessoal. Do ponto de vista pessoal, o interesse partiu em meu primeiro contato com a produção acadêmica e os conceitos estudados, em disciplinas ofertadas no curso, particularmente de Psicologia Geral, pois os debates e trabalhos acadêmicos durante as aulas estimularam as primeiras aproximações aos estudos de gênero, raça e feminismo negro, ou seja, iniciei naquele momento minha busca por conhecer e me aprofundar nas reflexões que a academia poderia me proporcionar perante aquelas temáticas.

Naquele momento explanei em um diálogo com o professor sobre a minha escolha de tema, sendo então incentivada a prosseguir neste caminho, posteriormente tendo como indicação, o livro de Djamila Ribeiro “ O que é lugar de fala? ”. Como ferramenta de aproximação do meu então objeto de estudo, com o livro compreendi que o feminismo negro trata de algo que por vezes é negligenciado diante de uma cultura que visa deslegitimar a fala das mulheres negras as silenciando diante de uma luta constante contra as desigualdades e o racismo. Por isso, me senti impulsionada a aprofundar ainda mais meus conhecimentos, diante deste lugar de pertencimento em que estou diretamente inserida na condição de uma mulher negra com

vivências de desigualdades semelhantes às aquelas atravessadas por tantas outras vidas de mulheres negras.

Ademais, enquanto mulher e filha de uma mulher negra, mãe solo que vivenciou as diversas desigualdades recaídas sobre as mulheres negras, constituem aspectos que me impulsionaram a aprofundar o conhecimento acadêmico sobre o feminismo negro a respeito das desigualdades de mulheres negras, sobretudo acerca da influência histórica do feminismo negro e suas teóricas enquanto representantes da/na luta destas mulheres negras. Do ponto de vista acadêmico e social, a necessidade de ampliar o debate com particular atenção para o Serviço social, incide em formular reflexões que contribuam para o processo de formação e exercício profissional.

Assim, a relevância deste trabalho parte do instante em que nos deparamos com a realidade persistente das experiências de mulheres negras dentro no Serviço Social, sobretudo em relação à produção do conhecimento cuja ausência de diálogo com o feminismo negro revela um restrito número de publicações na área sobre essa temática. Embora a grande maioria do público atendido por profissionais de Serviço Social seja constituído por mulheres e mulheres negras, chama atenção a ausência de discussões sobre a dinâmica desigual posta a este público. Tais elementos me conduziram a realizar a presente pesquisa, que aponta para a questão sobre como a escassez de produções em torno do feminismo negro provoca o silêncio sobre as condições das mulheres negras, concomitante a disparidade da intersecção raça, gênero e sexualidade.

Contudo, acreditamos que a aproximação com a realidade das mulheres negras é requisito essencial sem o qual não é possível se apropriar das expressões da questão social que as atingem sob diversos marcadores. Esta pesquisa se propõe a conhecer as dinâmicas do feminismo negro e a partir da tentativa de articulação entre as dimensões constitutivas do Serviço Social, teórico-metodológica e técnico-operativa, pretendemos apresentar possibilidades de produzir um papel atuante tanto na prática profissional quanto na produção de conhecimento das/os² assistentes sociais.

Portanto, nas ponderações feitas pretende-se compreender sem pretensão extenuante, as produções e conceitos das pensadoras negras feministas, com predominância de referências

² Utilizamos as/os para demarcar um posicionamento político de enfrentamento aos requisitos do patriarcado.

para as pensadoras negras brasileiras em articulação com autoras negras americanas, que rearticulam a interseccionalidade de raça, gênero e classe. É com intuito de instigar a investigação e discussões para o Serviço Social nos estudos de gênero, raça e sexismo³ que partimos da perspectiva da importância de aprofundar o debate Interseccional que apreende classe, gênero e raça/etnia como estruturantes do sistema capitalista, e como isto se esmiúça no Serviço Social.

Assim, compreender as realidades a partir desse debate é de suma importância na atuação profissional pautada na defesa intransigente dos direitos humanos dentro de uma nova ordem societária antirracista e antissexista. Nesse contexto, Patrícia Hill Collins e Sirma Bilge (2020, p.16) apresentam a seguinte descrição para o conceito de Interseccionalidade:

A Interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a Interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A Interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas.

Ainda partindo da definição das autoras, compreendemos que, em determinada sociedade, em determinado período, são as relações de poder que definem as relações de raça, classe e gênero. Não se apresenta como entidades distintas e mutuamente excludentes. O que se pode ressaltar é que os movimentos feministas dialogam sobre as perspectivas da intencionalidade para compreender as relações de poder que o patriarcado reproduz na vida das mulheres negras.

Na tentativa de responder aos objetivos, a pesquisa será guiada pelo método materialista histórico dialético, o qual possibilita a investigação e o diálogo num movimento material do presente com o passado. A materialidade constitutiva dos fatos históricos correlaciona-se aos fenômenos contemporâneos e para o caso em estudo, buscou com esse método identificar os eventos da formação social brasileira, contemplando assim o objeto investigado.

Para o materialismo histórico, a produção e o intercâmbio de seus produtos constituem a base de toda a ordem social. As causas últimas de todas as modificações sociais e das subversões políticas devem ser procuradas não na cabeça dos homens, mas na transformação dos modos de produção e de seus intercâmbios (GIL, 2008, p. 22).

Para além do materialismo histórico dialético, o uso da epistemologia feminista deu o tom para a compreensão mais detalhada das questões que pautam o pensamento feminista inse-

³ Sexismo é o preconceito ou discriminação baseada no sexo ou gênero de uma pessoa.

rindo no movimento negro e as implicações na vida das mulheres negras. A epistemologia feminista representa uma crítica ao androcentrismo⁴, às concepções científicas e às inquietações quanto aos modos de produzir conhecimento. As críticas à ciência foram ponto de partida para se pensar o conhecimento construído por mulheres e na produção de uma ciência feminista. (ANDRADE, 2015, p.38).

A abordagem utilizada se apoia em teóricas feministas negras que trazem a discussão do movimento para o debate contemporâneo. Os diálogos das teóricas feministas procuram desconstruir a visão universalista das situações das mulheres na sociedade. Para Andrade (2015, p.39), o projeto feminista para a ciência tem um caráter político, abrange a inclusão das mulheres como sujeito/a e objeto de estudo, e propõe romper com o androcentrismo e o positivismo.

Conduziu-se como caminho metodológico, uma revisão bibliográfica, de livros, artigos, revistas e legislações que possibilitou uma aproximação às principais teóricas brasileiras e americanas que discutem sobre o feminismo negro. Estas pesquisas, conforme assinala Gil (2002, p.44), têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições.

Assim, a pesquisa esteve guiada pela intersecção de classe, gênero e raça/etnia, fundamentada nos aportes teóricos do feminismo negro e nos estudos de raça e sexismo que correspondem as expectativas na área indagada. As principais produções dessa abordagem revelaram pensadoras de áreas do conhecimento como sociologia, filosofia, antropologia, política, enquanto foi possível identificar certo silenciamento no bojo do Serviço Social.

Posteriormente, foi realizada a análise dos principais conceitos das autoras brasileiras e americanas para melhor compreensão dos conceitos que guiam as pensadoras feminista negras como aproximação das conjunturas apresentadas nas escritas em conformidade com o Serviço Social.

A base da interpretação revelou-se na dinâmica e crítica do modo de configuração na qual a sociedade se organiza dentro de uma totalidade, considerando os fatos históricos e contemporâneos. Haja vista que o intuito é transcender com o mito da democracia racial e de universalização das sujeitas e sujeitos, assimilamos que não há nenhum campo conceitual que abranja a totalidade da sociedade, sobretudo nos múltiplos entrelaçamentos que agregam a realidade das mulheres negras.

⁴Androcentrismo é o termo que diz respeito às perspectivas que levam em consideração o homem como foco de análise do todo.

A pesquisa de modo geral, ainda que de maneira efêmera, trouxe um estímulo sobre questões cotidianas e provocativas para o Serviço Social dentro dos princípios éticos: Assim, temos como questão norteadora: Como a produção de conhecimento acerca do feminismo negro no curso de graduação de Serviço Social por intermédio de pesquisas pode colaborar para a inserção da questão étnico-racial e gênero nas pautas da formação profissional? A fim de promover a visibilidade das desigualdades de raça e gênero no Brasil, como o conceito de Interseccionalidade contribui no Serviço Social para a compreensão da realidade posta as mulheres negras? Quais as observações teóricas e percepções tem se revelado no Serviço Social para a luta do feminismo negro? Tais indagações são irrisórias frente as diversas demandas que cercam o feminismo negro na luta por melhores condições de vida e contra a desigual relação de raça, gênero e classe.

Espera-se que essa análise proporcione reflexão para os debates no Serviço Social, assim promovendo um diálogo teórico na produção de um novo fazer profissional que leve em conta a dualidade das desigualdades de mulheres negras, haja vista a questão étnico racial, por vezes, negligenciada e invisibilizada. Nesse sentido, buscamos uma construção do posicionamento político do Serviço Social face às muitas dimensões da vida cotidiana. Que devem ser compreendidas na construção da intersecção de raça, gênero, classe, religião ou qualquer outra que se apresente nas dinâmicas cotidianas.

Desse modo, na luta do feminismo negro contra o racismo estrutural e o sexismo pertencentes à lógica capitalista e classista da sociedade brasileira, na luta por melhores condições de vida para as mulheres negras, buscamos ainda, a partir das investigações e diálogos aqui apresentados constituir um outro olhar para as questões que dizem respeito a realidade destas mulheres, no sentido tanto de possibilitar o reconhecimento e pertencimento de raça, quanto fomentar o rompimento com as diversas opressões que resultam no silenciamento das questões étnico raciais e sexistas no curso de Serviço Social.

Frente ao exposto, o referido TCC além da presente introdução, conta com mais duas seções. A primeira intitulada “A Construção Coletiva Do Feminismo Negro”, apresenta uma revisão da literatura sobre os contextos históricos das organizações de mulheres negras no Brasil, a inserção dessas no feminismo. Vale ressaltar que as questões que nortearam tal inserção fermentaram as pautas de luta das questões relacionadas à discriminação sexual e racial efetivando a participação destas em lutas históricas, a partir das contribuições do movimento feminista do período das décadas de 1970 e 1980 que é considerado o marco histórico do feminismo

negro, momento este que aponta para o surgimento de grupos organizados “amefricanos⁵” em várias partes do país.

A segunda seção sob título “Rompendo o Silenciamento” trata de apresentar as principais teóricas do feminismo negro no Brasil, os conceitos que estas formulam em seus diálogos no entorno da construção acadêmica do feminismo negro, a perspectiva da intersecção de raça, classe, gênero e o feminismo negro na sociedade brasileira.

Para pensar as possibilidades de contribuições da pesquisa e do feminismo negro para o Serviço Social, tecemos algumas reflexões das dinâmicas aplicadas por mulheres negras, demonstrando outras inclinações teórica para o Serviço Social reiterando ao contexto histórico da profissão e o seu projeto ético-político. Aqui, indagamos como o Serviço Social e suas áreas de pesquisa tem se inclinado para a produção de conhecimento do “feminismo negro” introduzindo, assim o tema na formação do diálogo interdisciplinar de estudantes de Serviço Social, tal como para as/os Assistentes Sociais em atuação numa tentativa de promover a articulação do diálogo do feminismo negro e o Serviço Social. É também exposto sobre a importância da pesquisa no fazer profissional, face à prática contra as diversas demandas das mulheres negras para se compreender as particularidades da formação social brasileira que recaem diretamente ou indiretamente na dimensão das políticas públicas e no trabalho das/ os assistentes sociais. Deste modo a produção de conhecimento aqui pensada é na perspectiva de que se possa tecer uma construção teórico crítica do presente do feminismo negro no Serviço Social.

As considerações finais, dispostas em “Desatando nós: à guisa de conclusões”, expõe elementos que propõem introduzir o debate no enfrentamento das expressões do racismo e sexismo que assolam as mulheres negras. Na sequência, comportamos as referências utilizadas à construção desse trabalho.

⁵ *Amefricanos* ou *Amefricanidade*, é o conceito proposto pela a autora Lélia Gonzalez, como categoria para se pensar as vivências de pessoas negras e indígenas localizadas num território colonizado.

1. A CONSTRUÇÃO COLETIVA DOS MOVIMENTOS FEMINISTAS NEGRO



*Olha nosso povo aí
 Conjugando no presente o verbo resistir
 Nossos corpos densos respondendo à opressão
 Nossos nervos tensos suportando a humilhação*

*O olho cresceu, tumbeiro chegou
 O couro comeu, o pau roncou
 Mas o negro é aroeira
 Envervou, mas não quebrou
 [...]
 Negritude resplandecente
 Consciente a se reconstruir
 O nosso nome é resistência
 Olha o nosso povo aí
 (Alcione)*

As palavras descritas a seguir foram pronunciadas há mais de cem anos na Segunda Conferência Anual do movimento do direito de mulheres em Akron, Ohio, em meios aos protestos de mulheres brancas que eram contra a fala de uma mulher negra, Sojourner Truth que com esta fala se tornou uma das primeiras feministas negras a chamar a atenção para a condição da mulher negra uma escrava que era forçada a trabalhar junto com os homens negros, e por isso era o exemplo vivo de que mulheres podiam trabalhar igual aos homens.

E não sou eu uma mulher? Olhem para mim! Olhem para os meus braços! (ela arregaçou a manga direita da camisa) ... Eu lavei, plantei e colhi para os celeiros e nenhum homem podia ajudar-me – e não sou eu uma mulher? Eu posso trabalhar tanto quanto qualquer homem (quando eu puder fazê-lo) e ser chicoteada também – e não sou eu uma mulher? Eu dei à luz cinco crianças e vi todas serem vendidas para a escravatura e quando chorei a minha dor de mãe, ninguém senão Jesus ouviu – e não sou eu uma mulher? ” (hooks, 2014, p.115).

Uma fala que veio a refutar a fala de um homem que anteriormente tinha se manifestado contra as mulheres trabalha, com o argumento de que mulheres eram fracas para o trabalho manual. Consideravam-se as mulheres fisicamente inferiores aos homens. Os argumentos de Truth eram baseados em sua própria experiência pessoal, o que evidenciava a capacidade das mulheres de exercerem o ofício do trabalho, assim como os homens, além de ter que suportar e sobreviver as variadas violências da escravidão.

O pensamento de bell hooks⁶ faz uma leitura do quanto foi importante as falas proclamadas por Truth, principalmente pelo fato de incentivar a outras mulheres negras numa tentativa de mostrar a elas, a necessidade de terem consciência das arbitrariedades que o racismo e

⁶ Acerca do nome de bell hooks ser empregado em letra minúscula: essa prática emerge diante de uma postura da própria autora que criou esse nome em homenagem à sua avó e o emprega em letra minúscula como um posicionamento político que busca romper com as convenções linguísticas e acadêmicas, dando enfoque ao seu trabalho e não à sua pessoa. A presente escrita respeita a colocação da autora.

o sexismo promovem, em situação de segregação de mulheres negras. A escrita também traz as críticas ao preconceito que a população negra sofre ainda diante dos vestígios da escravidão. Para além disso, hooks discorre sobre a luta das mulheres durante o processo de reivindicações pelo direito ao voto.

Nesse contexto, as falas das mulheres negras eram ignoradas com constantes desaprovações da sociedade em geral. Porém, elas continuaram a resistir incentivando outras mulheres negras de pensamento político mais crítico a expressassem as suas visões, contrárias aos diversos preconceitos historicamente constituídos contra as mulheres negras (hooks, 2014, p.115). Desse modo, o sexismo e o racismo colocados de tal modo na perspectiva dos historiadores americanos tendiam a não fazerem as devidas reparações e a excluir as mulheres negras das discussões do movimento americano de direitos das mulheres (hooks, 2014, p.115).

No século XIX as mulheres negras adquiriram mais consciência da opressão sexista que sofriam em detrimento de qualquer outro grupo da sociedade americana. As mulheres negras não foram apenas as mais vitimizadas pela discriminação sexista e sua opressão, mas não só. Sofreram também com a impotência, o que impossibilitava transformar sua resistência em ação coletiva. Ademais, a segregação imposta aos movimentos de mulheres negras do século XIX, as impediram de participarem mais ativamente do movimento. Nessa direção, a citada teórica descreve que a ação de impedir as mulheres negras de participarem do movimento era um ato de que o racismo se constituía como empecilho para que as mulheres negras alcançassem o reconhecimento.

[...] o racismo tinha de ser eliminado antes de as mulheres negras serem reconhecidas como tendo voz igual às mulheres brancas nos assuntos dos direitos das mulheres. As organizações de mulheres e os clubes do século XIX foram quase sempre segregados racialmente, mas não significava que as mulheres negras participantes nesses grupos fossem menos comprometidas com os direitos das mulheres que as participantes brancas (hooks, 2014, p.116).

Contudo, mesmo com as opressões constantes do racismo e do sexismo no século XIX, este período representou um marco na história das mulheres negras. Apesar dos movimentos feministas serem construídos em fundamentação racista em nada se invalidou as lutas políticas que foram e são enfrentadas por mulheres negra no interior dos movimentos de feministas da época que buscavam somente uma igualdade social e não também a racial, já que se caracterizava neste período o apartheid racial social.

Então, entendemos que a busca do feminismo das americanas brancas não considerava o racismo uma pauta para suas reivindicações. Esta é as primeiras primícias qual devemos nos

atentar já que uma maioria [...] compreende o racismo como um mal social perpetuado por brancos preconceituosos que se podem derrotar através de vínculos entre negros e brancos liberais, através do protesto militante, mudando as leis ou a integração racial. (hooks, 2014, p.87). Esta é uma compreensão limitada do que realmente significa o racismo e os atos racistas, que pode não parecer, mas ainda está enraizado na sociedade. Sobretudo quando se trata das mulheres negras, estas estão sujeitas/os à objetificação, inclusive de seus corpos, sofrendo com as explorações e opressões diversas.

Sobre esse assunto, Angela Davis destaca a potencialidade revolucionária inserida no conceito da interseccionalidade que contextualiza as questões de raça, gênero e classe, enquanto uma nova forma de pensar o lugar das pessoas na sociedade. Nesse sentido, face às críticas direcionadas à esquerda pela contínua defesa de uma superioridade das questões de classe em detrimento às demais, igualmente opressoras, Davis propõe uma ponderação a respeito das formas de entrecruzamento de tais questões. Assim, a autora afirma que,

As organizações de esquerda têm argumentado dentro de uma visão marxista e ortodoxa que a classe é a coisa mais importante. Claro que classe é importante. É preciso compreender que classe informa a raça. Mas raça, também, informa a classe. E gênero informa a classe. Raça é a maneira como a classe é vivida. Da mesma forma que gênero é a maneira como a raça é vivida. A gente precisa refletir bastante para perceber as intersecções entre raça, classe e gênero, de forma a perceber que entre essas categorias existem relações que são mútuas e outras que são cruzadas. Ninguém pode assumir a primazia de uma categoria sobre as outras (DAVIS, 2016, s.p.).

A esse respeito, deve-se apreender acerca dos moldes históricos em que se constituiu o feminismo negro nas particularidades da formação social brasileira, já que o feminismo negro no Brasil se constrói nas organizações de mulheres e nas bases do mito da democracia racial a qual mascara as duras problemáticas do racismo estrutural⁷ e do sexismo.

Nessa dinâmica, as observações feitas acerca da questão racial evidenciam que os debates em torno do feminismo negro e do sexismo são de suma importância para a compreensão da realidade das mulheres negras na totalidade da vida social, uma vez que proporcionam o conhecimento de uma parte da história do Brasil intencionalmente inviabilizado e, por isso, estrategicamente pouco discutido.

⁷A concepção de racismo estrutural é o racismo decorrente da própria estrutura social que se constitui nas relações políticas, econômicas, jurídicas e até mesmo familiares.

Evidentemente, a posição aqui assumida apóia-se na defesa de que o racismo brasileiro, assentado na ideologia de 'raça, ao se organizar no âmbito das relações sociais de classes, opera uma violação de direitos, resultando em uma desigualdade, fundada na condição racial, que se soma às desigualdades sociais inerentes à lógica do capital (MARTINS, 2013, p. 11).

Pelo exposto, e conseqüentemente, é fundamental para a formação e o trabalho dos/as futuros/as profissionais de Serviço Social refletirem sobre as ações estratégicas e técnicas de intervenção, que considerem a complexidade de tais realidades, mediante indagações sobre: o que fazer, porque fazer, como fazer e para que fazer. O objetivo é desvelar estas questões nas dimensões técnico- operacionais já que:

As estratégias e técnicas de operacionalização devem estar articuladas aos referenciais teórico-críticos, buscando trabalhar situações da realidade como fundamentos da intervenção. As situações são dinâmicas e dizem respeito à relação entre assistente social e usuário frente às questões sociais. As estratégias são, pois, mediações complexas que implicam articulações entre as trajetórias pessoais, os ciclos de vida, as condições sociais dos sujeitos envolvidos para fortalecê-los e contribuir para a solução de seus problemas/questões (ABEPSS, 1996, p.14).

As estratégias adotadas pelo Serviço Social são para nortear o fazer profissional na sua capacidade de analisar a singularidade e particularidade, assim a deve se compreender os elementos da especificidade histórica nacional. Esta dinâmica os estudos conduzem na apreensão dos movimentos que permitiram o estabelecimento de padrões definidos do desenvolvimento capitalista no Brasil, bem como os impactos econômicos, sociais e políticos peculiares à sociedade brasileira, tais como suas desigualdades sociais, diferenciação de classe, de gênero e étnico raciais, exclusão social, etc. (ABEPSS, 1996, p.11).

As desigualdades socioeconômicas, étnico raciais e de gênero impactam na atual conjuntura social, o que sugere a necessidade de investigar a ação profissional nas questões étnicas raciais em relação ao “feminismo negro”. Evidenciando não somente o racismo que se tem para com a população negra marginalizada, mas a especificidades do racismo em relação às mulheres negras que sofrem com as manifestações de racismo e sexismo. Que impactam nas mais diversificadas áreas da vida destas, por conta de ações e conceitos de branquitude⁸ que repercute nas relações sociais brasileiras. No que tange ao feminismo negro, ressalta-se a importância em

⁸ A branquitude é um conceito científico utilizado no âmbito do estudo das relações étnico-raciais, mais minuciosa nos estudos críticos acerca dos privilégios da população branca. Para um maior aprofundamento sobre o conceito, recomendamos o acesso ao texto, Branqueamento e Branquitude no Brasil de Maria Aparecida Silva Bento. Acessado em: <https://www.media.ceert.org.br/portal-3/pdf/publicacoes/branqueamento-e-branquitude-no-brasil.pdf>.

debater e refletir as intersecções de raça, gênero e classe e o modo transversal que se articula na formação do Serviço Social.

1.1. Contextos históricos: Organizações de Mulheres Negras no Brasil

A história da população negra no Brasil que perpassa pelo período colonial escravocrata, é de luta e resistência. O primeiro ponto a entender é que falar em racismo no Brasil é, sobretudo, fazer um debate estrutural. É fundamental trazer a perspectiva histórica e começa pela relação entre escravidão e racismo mapeando suas consequências (RIBEIRO, 2019, p. 9). Assim também não podemos dialogar sobre o feminismo negro sem falar da escravidão e do racismo, pois a condição das mulheres negras está intimamente relacionada ao contexto escravocrata e as mais diversas formas de combater, aos duros aspectos nocivos da escravidão. Nesse contexto, os enfrentamentos a este período foram forjados concomitante resistências individuais e coletivas as quais constituíram a organização de luta contra a escravidão, inclusive a própria Lei Áurea, que marca formalmente a libertação dos/das escravos/as, assinado em 13 de maio de 1888, pela princesa Isabel, foi fruto desta luta.

Todavia, é importante ressaltar que o 13 de maio libertou apenas 10% da população negra do Brasil, uma vez que os outros 90% já viviam em estado de liberdade e praticamente concentrados no “restante do país” (GONZALEZ, 2020, p. 30). Os/as escravizados/as estiveram em constante movimento de resistência, mas os contornos da resistência passam a ganhar força após a abolição numa espécie de libertação formal ocorrida em 1888. No que concerne aos movimentos sociais e organizações civis, destaca-se que o Quilombo dos Palmares⁹ representou a mais significativa expressão desta rebelião contra a escravidão.

Entretanto, foi após a abolição e com a percepção da população negra que com a libertação não se teria ganhos, pois os negros foram libertos sem propósitos para mudança da sua condição de vida, ou seja, estavam largados a própria sorte, assim há uma iniciação das organizações de mobilizações raciais como entidades, associações e jornais. Todo o movimento de organização é de luta contra as condições de vida da população negra no Brasil. Destacam-se nesse cenário, para dar notoriedade as questões do/a negro/a o surgimento da imprensa negra.

⁹ O Quilombo dos Palmares foi um lugar que abrigou negros que fugiram da escravidão, além, de indígenas e não negros em condições de miséria. Liderado pela grande liderança negra, Zumbi dos Palmares, nesse lugar construiu-se formas alternativas de vida coletiva. Sabe-se que esse quilombo se manteve por mais de 100 anos e até os dias atuais, quilombos e quilombolas representam símbolos de resistência negra.

Surgiram nesse período vários veículos de comunicação que visavam tratar as questões da população negra, portanto esses jornais tiveram sua fundação no intuito de luta contra a discriminação racial. Sobre a tratativa das mais diversificadas temáticas, a imprensa negra transcorria a vida da população negra, os jornais eram o palco contra o preconceito para com os negros, denunciavam as várias segregações sofridas pelos negros e negras, levando a público o que se mantinha velado com o mito da democracia racial: a segregação racial.

As denúncias eram acerca do que não estava explícito em leis, mas se caracterizava em prática corriqueira no Brasil, na qual os/as negros/as não tinham acesso a alguns locais, além de estarem introduzidos em postos precários de trabalho, ou mesmo sem emprego, com moradias precárias. A psicanalista Neusa Santos (1983, p.23), autora do livro *Tornar-se negro*, afirma que: A sociedade escravista, ao transformar o africano em escravo, definiu o negro como raça, demarcou o seu lugar, a maneira de tratar e ser tratado, os padrões de interação com o branco e instituiu o paralelismo entre cor negra e posição social inferior.

Os negros no Brasil estão alocados em um grau de inferiorização por pertencer a parcela marginalizada da população fruto de uma ideologia de superioridade dos brancos [...]o negro surge aprisionado por um olhar que insiste em considerá-lo como o estranho, o diferente, o Outro. O corpo negro aparece como um simples objeto a ser descrito. (EVARISTO, 2009 p.23).

Ao fazer essa breve recontextualização da história a partir da população negra, é possível se entender como os/as negros/as iniciam sua organização de luta e como estas têm relação com as organizações do feminismo negro, pois toda discriminação constitui para as mulheres em impacto dualista e por vezes triplas. Para Gonzalez (2020, p. 277), a mulher negra sofre uma discriminação tríplice: social, racial e sexual, em que a questão racial está ligada diretamente ao feminismo, e a mulher negra é o setor mais oprimido da sociedade.

No contexto histórico a luta foi secundarizada no interior do movimento negro e posteriormente o feminismo, sobretudo da organização das mulheres negras brasileiras. Muitas militantes do movimento de mulheres negras tiveram experiências políticas no feminismo tradicional e no movimento negro. Algumas ainda tiveram experiências em partidos políticos tanto de esquerda como de direita (MOREIRA, 2007, p.3). Mas sem encontrar no movimento feminista em geral, a aceitação para o diálogo das questões as quais as mulheres negras indagavam, para além das questões de classe, as questões de raça.

É na condição de militantes no interior do movimento negro que algumas mulheres começaram a questionar o papel secundário reservado a elas nos rumos da administração e das deliberações das entidades que compunham o movimento negro, embora comparecem compreensões diferenciadas acerca da participação das mulheres negras nessas entidades (MOREIRA, 2007, p.4).

Nesse sentido, as organizações do movimento feminista negro, buscavam lutar contra as diversas desigualdades que assolavam as mulheres negras, pois essas eram/são alvo de opressões classistas, racistas e sexistas. Estes elementos da dominação do patriarcado -componentes estruturais da exploração capitalista são, contudo, a somatória de tais opressões que impõe a essas mulheres uma distinta dominação social. [...] a preocupação está em discutir o papel da mulher negra, isto é, inserir nas pautas de discussões e reivindicações dos movimentos negros, as especificidades da condição das mulheres negras (MOREIRA, 2007, p.4).

Logo, refletiremos a respeito da trajetória do movimento feminista negro na construção coletiva das organizações feministas contra as diversas arbitrariedades que as excluem socialmente. Assim buscamos compreender a respeito das especificidades da organização e luta das mulheres negras no interior do movimento feminista a trajetória e percepções nas quais é necessária uma compreensão das particularidades da mulher negra na sociedade brasileira fugindo da lógica de universalização que se propagava no íntimo dos movimentos feministas e do movimento negro.

Apesar da proposta ser de refletirmos o feminismo negro não se há aqui nenhuma pretensão de desmerecer a participação do feminismo negro no interior dos movimentos feministas, mas demonstrar que mesmo estando postas no movimento feminista, as mulheres negras perceberam que não se tinha espaço para as especificidades das suas demandas, ou seja as lutas presentes em tal movimento. Deste modo trataremos de dialogar com a construções do movimento feminista negro traçando sua trajetória na formação de sua luta, representatividade e identidade.

É diante deste fato que aqui afirmamos a importância das organizações feministas negras, acima de tudo os estudos os quais estabeleceram o feminismo negro, pois é com o conhecimento da história das mulheres negras e nas articulações de luta contra o racismo e sexismo que se pode articular e desenvolver os moldes da luta antirracista contra o patriarcado, na esfera do debate intelectual acerca do feminismo negro.

Destarte, no que concerne ao campo acadêmico se tem um fortalecimento no debate sobre raça e gênero com a ampliação do ingresso de estudantes negros e negras nas instituições ensino superior, promovido pelas políticas de acesso à educação. O vigor deste novo perfil de alunos e alunas que passaram a ocupar a universidade, produziu muito mais que uma heterogeneidade social e racial dos discentes. Intercorre numa redefinição nas pesquisas e produções

acadêmicas, decorrentes das inquietações políticas e sociais devido às trajetórias desses/as jovens negros/as, ampliando um debate político que cada vez mais é ocupado por jovens feministas negras envolvidas em pautas que envolvem para além de raça, classe, gênero e sexualidade.

É, portanto, nesse movimento que as obras de autoras brasileiras como Léila Gonzalez, Sueli Carneiro, Djamila Ribeiro, Carla Akotire e Nubia Regina Moreira serão algumas das teóricas feministas que traremos para contribuir com as investigações. Para além destas intelectuais também trataremos de dialogar com a produção intelectual de autoras negras de outros países, a exemplo de Angela Davis, Patricia Hill Collins e bell hooks. Para podermos construir uma análise em consonância com as mais diversas produções intelectuais negras expondo o pensamento feminista negro e sua trajetória.

As revisões teóricas do percurso do feminismo negro são para delinear como a mulher negra é posta a diversas contradições da construção social de um país calcado no patriarcado, sexismo e racismo. O fato é que, enquanto mulheres negras, sentimos a necessidade de aprofundar nossa reflexão, em vez de continuarmos na reprodução e repetição dos modelos que nos eram oferecidos pelo esforço de investigação das ciências sociais (GONZALEZ, 2020, p.68). Posto isso, não há como traçar a trajetória do feminismo negro sem falar da perspectiva do racismo no Brasil como algo que era tratado como natural segundo Léila Gonzalez (2020, p.69): A primeira coisa que a gente percebe nesse “papo” de racismo é que todo mundo acha que é natural. Que negro tem mais é que viver na miséria.

O que se percebe é que mesmo no pós-escravidão a ordem social continuou a degradar a representação do negro, de fato o negro estava inserindo na sociedade como inferior. Mas agora baseado em novos elementos de degradação da imagem do negro para justifica a inferiorização de negros e negras (SANTOS, 1983, p. 24).

Frente a isto se constituiu uma imagem na qual as mulheres negras ocupam cargos de trabalho que é ligada à subalternização. A mulher negra, naturalmente, é cozinheira, faxineira, servente, trocadora de ônibus ou prostituta. Basta a gente ler jornal, ouvir rádio e ver televisão. Eles não querem nada. Portanto têm mais é que ser favelados (GONZALEZ, 2020, p.69). Não que esses trabalhos não sejam dignos, o questionamento é de como se naturaliza que tais são ocupados acentuadamente por negras. Os cargos de chefias geralmente são para os brancos, para as mulheres negras é imposto empregos com baixa remuneração, vínculos precarizados de trabalhos, o desemprego e a pobreza. No Brasil uma problemática que se apresenta é fruto da democracia racial a qual mascara a discriminação racial em nosso país.

Racismo? No Brasil? Quem foi que disse? Isso é coisa de americano. Aqui não tem diferença porque todo mundo é brasileiro acima de tudo, graças a Deus. Preto aqui é bem tratado, tem o mesmo direito que a gente tem. Tanto é que, quando se esforça, ele sobe na vida como qualquer um. Conheço um que é médico; educadíssimo, culto, elegante e com umas feições tão finas.... Nem parece preto. (GONZALEZ, 2020, p.69).

É diante desta cultura de branqueamento da população negra, a qual aos poucos tentam apagar a imagem do negro, sobretudo de mulheres negras em um viés de sexualização dos corpos das mulheres negras é nessa circunstância que as mulheres negras luta contra a opressão do racismo e sexismo. Em geral, a unidade na luta das mulheres em nossas sociedades não depende apenas da nossa capacidade de superar as desigualdades geradas pela histórica hegemonia masculina, mas exige, também, a superação de ideologias complementares desse sistema de opressão, como é o caso do racismo. (CARNEIRO, 2001, p. 2).

O racismo contribui para as desigualdades sociais, já que este demarca o negro como marginalizados, excluídos socialmente. Nas questões das mulheres negras devemos entender como suas auto-organizações lutaram por se fazer compreender suas particularidades. Nesse sentido nos afirma Sueli Carneiro (2019, p. 35), que

O racismo estabelece a inferioridade social dos segmentos negros da população em geral e das mulheres negras em particular, operando ademais como fator de divisão na luta das mulheres pelos privilégios que se instituem para as mulheres brancas. Nessa perspectiva, a luta das mulheres negras contra a opressão de gênero e de raça vem desenhando novos contornos para a ação política feminista e antirracista, enriquecendo tanto a discussão da questão racial, como a questão de gênero na sociedade brasileira.

Desse modo, constata-se que a necessidade de afirmação da identidade da mulher negra foi guiada pela tentativa de compreender a concepção do diálogo acadêmico do feminismo negro ou das feministas negras; foi pautada ainda em articular os polos distintos da identidade e das diferenças. A concepção e caracterização destas particularidades existentes nas primeiras manifestações negras no Brasil se evidenciou no final dos anos 1990, [...] quando um grupo de mulheres no Rio de Janeiro denominado de Nzinga começa a se organizar com o propósito de construir um feminismo que dessa conta da história das mulheres negras (MOREIRA, 2007, p. 3). Um coletivo de mulheres negras criado em 16 de junho de 1983, por um grupo de mulheres originárias do movimento de favelas e do movimento negro.

Importa dizer que enquanto movimento de negras, diversos foram os encontros e congressos em que essas mulheres usavam para falar e expor as questões da situação da mulher negra. Em 1983 ocorreu o I Encontro de Mulheres de Favelas e Periferia organizado por Bene-

dita da Silva. Foi nesse contexto que ocorreu a criação do Nzinga. Naquele mesmo ano, representantes do grupo seguiram para o II Encontro Feminista da América Latina e do Caribe em 1984. Na ocasião, frente a atuação das representantes foi criado o Comitê Antirracismo. Chama a atenção que foi a primeira vez que mulheres da favela brasileira representou uma organização de mulheres negras no exterior.

Ressalta-se que de acordo com a socióloga Nubia Regina Moreira (2007, p. 4), a ligação das mulheres negras com o movimento feminista se estabelece a partir do III Encontro Feminista Latino-americano ocorrido em Bertiooga em 1985, de onde emerge a organização atual de mulheres negras com expressão coletiva e com o intuito de adquirir visibilidade política no campo feminista. É depois desse encontro que se tem uma compreensão de que há uma consolidação do discurso feminista entre as mulheres negras. Isto ocorre depois de um longo período de negativa da identidade feminista do movimento.

Durante as manifestações contra o preconceito racial e sexista, o coletivo Nzinga fez diversas denúncias contra as práticas racistas e sexistas contra as mulheres negras. Esse era um movimento de não silenciamento quanto aos atos de violência cotidiana de opressão racial e exploração econômica. Explorações, como dito anteriormente, forjadas na lógica capitalista na qual a desigualdade e marginalização do povo negro é marco histórico da ideologia que demarca socialmente raça e sexo, fato que não podemos deixar de caracterizar como uma hierarquização da branquitude, pois [...] a segregação de mestiços, índios ou negros se torna desnecessária, pois as hierarquias garantem a superioridade dos brancos como grupo dominante (GONZALEZ, 2018, p.312).

As mulheres negras enfrentam um problema que atinge a sobrevivência familiar já que estas estão inseridas em mercados informais precários, isto dada a posição desigual que está articulada que torna as mulheres racial e sexual exploradas. É nessa a qual torna as mulheres não brancas as mais oprimidas e exploradas. É na perspectiva de compreender os marcadores da subalternização das mulheres negras, que se faz uma leitura sobre a inferioridade racial e da supremacia patriarcal que fragiliza a relação de trabalho, baixos salários e desemprego uma relação desfavorável e acumulativas da discriminação racial. Tais relações, expõem os negros, e a mulher negra em específico, a um círculo vicioso de desigualdade social - fruto de uma desvantagem para com os brancos.

A respeito de como a discriminação com mulheres negras são maiores comparado aos homens negros a autora Sueli Carneiro (2019, p.33) faz observação de como este fato está ligado não somente ao racismo, mas ao machismo que atribui inferioridade de gênero, ou seja:

[...] o homem negro, a despeito do racismo e da discriminação racial, ao ser comparado à mulher negra, apresenta vantagens relativas que só podem ser atribuídas à sua condição sexual, isto é, a partir da análise de alguns indicadores sociais, evidencia-se que nascer homem negro, em termos de oportunidades sociais, é menos desastroso do que nascer mulher negra.

Assim, há uma desigualdade social fundamentada na discriminação sexual que diferencia homens negros e mulheres negras. Para além disso, a mulher negra ainda tem que encarar a diferença também para com as mulheres brancas. Em outras palavras as desvantagens da mulher negra não estão atreladas a instrução, este sendo um fator irrelevante na justificativa da desigualdade social.

A construção da luta das mulheres negras passa por um contexto de luta para eliminar a discriminação racial e superar a relação da ideologia de dominação que hierarquiza uma raça sobre a outra. Nesse sentido a ação política das mulheres negras contra a opressão sexista a qual está calcada na ideologia machista que perpetua as bases históricas do patriarcado implicado nas relações sociais. Esse novo olhar feminista e antirracista, ao integrar em si tanto as tradições de luta do movimento negro como a tradição de luta do movimento de mulheres, afirma essa nova identidade política decorrente da condição específica do ser mulher negra (CARNEIRO, 2019, p. 153).

Dessa maneira não se pode desassociar a relação do sexismo da luta antirracista já que ambos tratam de uma estrutura histórica de dominação, pois esse enfrentamento enriquece a discussão da questão racial. A exclusão social se insere em uma posição em que os afro-brasileiros ocupam um lugar incômodo na sociedade brasileira. A visão do corpo negro como “coisa” desprovida de qualquer subjetividade deixou as suas reminiscências na literatura brasileira (EVARISTO, 2009 p.23).

O símbolo que se constituiu no período colonialista, racista e sexista difunde a mulher negra brasileira como objeto sexual que se situa como descartável de superexploração sexual. Nesta ótica, Lélia González (2018, p.135), em um ditado "popular" afirma com tom crítico: “Branca para casar, mulata para fornicar, negra para trabalhar”.

Para as mulheres esse lugar incômodo é constituído de uma diferença em relação aos homens, pois é no combate a essa diferença que o feminismo surge como forma de luta para enfrentar e dar visibilidade para o que é invisível na sociedade, ou mesmo negligenciado para que não se discuta o lugar ocupado por mulheres negras quando falamos de raça, gênero e classe. Basta lembrar que:

A mulher negra sofre uma discriminação tríplice: social, racial e sexual. A questão racial está ligada diretamente ao feminismo, e a mulher negra é o setor mais oprimido da sociedade. Basta lembrar que a distância salarial entre brancos e negros é maior do que entre homens e mulheres. Quando, em anúncios de jornais, surgem expressões tais como “boa aparência”, o significado é que não se apresentem candidatas negras (GONZALEZ, 2020, p.277).

Embora oprimida, a mulher negra também se insere historicamente em um contexto de resistência ao racismo que gera diversas desigualdades a qual se manifesta nas diferentes formas, seja na esfera estrutural, institucional ou individual. É na dinâmica de investigação que buscamos fazer uma reflexão do feminismo negro e as pautas que apresenta para a reflexão dos condicionantes da desigualdade da mulher negra em uma sociedade capitalista com dominação patriarcal.

1.2 As principais teóricas do feminismo negro: pautas

A escolha por autoras negras é proposital na ideia de valorização da produção de feministas que vem crescendo, mas que ainda não ocupa a grade do curso de Serviço Social, devido a invisibilidade da discussão da mulher negra na sociedade brasileira ao longo da história. A nenhuma ou pouca produção sobre essa realidade no Serviço Social não se baseiam nos debates do colonialismo e da branquitude. É nesse contexto, que afirmamos que a invisibilidade das produções negras no curso de Serviço Social traduz-se em um epistemicídio do conhecimento acadêmico. Mediante esta realidade, outras formas de visibilizar seus saberes vão se constituindo, pois [...] para as mulheres negras existem outras maneiras de produzir, compartilhar conhecimentos e saberes, como a oralidade, a descolonização de corpos e mentes, a incorporação da cultura negra e indígena como personagens de grande importância na construção da nossa sociedade (LIRA, 2019, p.21). Beatriz Nascimento (2018, p 35), enfatiza que:

Não podemos aceitar que a história do negro no Brasil, presentemente, seja entendida apenas através dos estudos etnográficos, sociológicos. Devemos fazer a nossa história, buscando nós mesmos, jogando nosso inconsciente, nossas frustrações, nossos complexos, estudando-os, não os negando. Só assim poderemos nos entender e nos fazermos aceitar como somos, antes de mais nada pretos, brasileiros, sem sermos confundidos com os americanos ou africanos, pois nossa história é outra, como é outra nossa problemática.

Frente ao exposto, buscaremos trazer as teóricas feministas para evidenciar os pensamentos e produções na contribuição da caracterização do feminismo negro e na imagem da mulher negra, na luta contra a opressão do racismo e do sexismo, pautando a particularidade da

dominação da mulher negra. O compromisso acadêmico é conduzir as pautas de mulheres negras em evidência, tirando do aspecto de secularização o qual pessoas brancas colocam.

Embora, mulheres negras não se encontrem no mesmo lugar de igualdade que as mulheres brancas, na luta do movimento feminista negro não se reduz ao alcance desta condição de igualdade. É luta que deve reconhecer que há diferenças que necessitam serem visibilizadas e enfrentadas, mas sem perder de vista as opressões promovidas pelo capitalismo. Nesse sentido, é necessário entender que a luta feminista não se trata de uma luta para igualdade de gênero, mas para pautar as opressões do capitalismo para tanto.

O feminismo envolve muito mais do que a igualdade de gênero. E envolve muito mais do que gênero. O feminismo deve envolver a consciência em relação ao capitalismo – quer dizer, o feminismo a que me associo. E há múltiplos feminismos, certo? Ele deve envolver uma consciência em relação ao capitalismo, ao racismo, ao colonialismo, às pós-colonialidades, às capacidades físicas, a mais gêneros do que jamais imaginamos, a mais sexualidades do que pensamos poder nomear (DAVIS, 2018, p. 98).

Deve-se compreender quais os marcadores da opressão imposta pelo capitalismo nos mais diversos âmbitos da vida social das mulheres e principalmente das mulheres negras são opressões política e privado, dos direitos sociais. Os movimentos feministas estão em um movimento constante de romper com os limites no âmbito da esfera pública e das relações sociais, para se possibilitar trazer discussões de forma a romper com o viés patriarcal, em uma busca de demonstrar o caráter político, social e cultural das opressões que as mulheres sofrem.

O movimento feminista negro defende os interesses de gênero das mulheres como meio de refutar os sistemas culturais e políticos construídos a partir da imagem de gênero historicamente atribuídos às mulheres negras, referente às questões da divisão sexual de trabalho, machismo, violência contra a mulher e as muitas formas de opressão.

Direcionamos nosso debate nas dinâmicas que expressam as tantas realidades das mulheres negras e sua participação na sociedade. É possível perceber em alguns textos do Serviço Social os esforços para apresentar uma análise do recorte racial e de gênero. No entanto, esses esforços ainda dissociam raça e sexo, o que dificulta a compreensão sobre as particularidades das mulheres negras em comparação com mulheres brancas.

Sobre os lócus que há entre mulheres brancas e negras, citamos Sojourner Truth, uma mulher que possuiu um papel fundamental no feminismo dos Estados Unidos. A ativista negra foi uma ex-escrava que ficou conhecida ao afirmar em discurso proferido acerca da invisibilidade da mulher negra: Não sou eu uma mulher? Um ato que contraria o conceito universal de universalidade da mulher, assim como também a fragilidade feminina em um discurso forte.

Ao contrário da maior parte das mulheres brancas defensoras de direitos, Sojourner Truth pode referir-se à sua própria experiência de vida pessoal como evidência da capacidade da mulher para funcionar como um pai; em ser igual ao homem no trabalho; em suportar a perseguição, o abuso físico, a violação, a tortura e não apenas sobreviver mas emergir triunfante (hooks, 2014, p.116).

Ousemos em examinar feminismo universal, que se apresenta enquanto um movimento que não leva em conta a pluralidade existente entre mulheres. Porém as mulheres negras pensam a categoria mulher de uma forma não universal, mas cada uma com sua especificidade. Nessa perspectiva, se relacionarmos o discurso de Truth, o qual denunciava a situação da mulher negra era integralmente diferente das mulheres brancas pois naquele contexto as mulheres brancas buscavam o direito ao voto, mas as mulheres negras lutavam para ser reconhecidas enquanto pessoa e mais ainda mulher. Naquele tempo, mulheres brancas que não queriam encarar a realidade do racismo e da diferença racial nos acusaram de ser traidoras por termos introduzido a questão da raça. Equivocadamente, viram-nos desviando o foco de gênero (hooks, 2019 p. 71).

A pretensão é entender como a ideologia de branqueamento pode sobrepor às questões de classe, raça e gênero reduzindo as questões raciais a uma hegemonia. A utopia que perseguimos hoje consiste em buscar um atalho entre uma negritude redutora da dimensão humana e a universalidade ocidental hegemônica que anula a diversidade. Ser negro sem ser somente negro, ser mulher sem ser somente mulher, ser mulher negra sem ser somente mulher negra (CARNEIRO, 2019, p.160).

Dito isso, aqui trataremos de dialogar com a diversidade das mulheres principalmente quando falamos das questões sociais para se tentar quebrar a lógica de universalidade a qual é rejeitada por não contemplar as dinâmicas de vida das mulheres negras. Concomitante a rejeição ao modelo de mulher universal assiste-se também no seio dos movimentos sociais um questionamento acerca das diferenças e das identidades que são constituídas a partir do ataque à “igualdade” (MOREIRA, 2017, p.2).

Para Nubia Moreira (2007, p.2) o feminismo negro só, se constitui quando se quebra com o paradigma de uma única identidade feminina dando então lugar para evidenciar a diferença. Sobre as disparidades presentes entre as mulheres brancas e negras, é válido considerar que,

[...] a partir de uma destituição de um modelo único de identidade feminina negra que ao estabelecer uma tensão, cria espaço para apresentação de discursos sobre a diferença entre as mulheres negras, que são marcadas não mais pela raça (já que todas as mulheres pesquisadas se autotransformaram como negras), mas diferenças marcadas pela escolarização, orientação política-partidária; práticas sexuais e consumo.

As pautas do feminismo negro são para discutir as diferenças pois mesmo muitas dessas mulheres ocupando os mesmos espaços não se pode equiparar suas experiências do cotidiano, pois as realidades diferem nas vivências da opressão que as atingem. É nesse pressuposto que articula identidade-diferença e representação. Compreende-se a produção de outras diferenças frente às possibilidades de construção de uma diferença positiva, mas que emerge no mesmo instante da produção de novas diferenças coletivas (MOREIRA, 2017, p.7).

A dominação de gênero nessa perspectiva se apresenta como pauta das relações de poder que mulheres negras vivenciam nos moldes do patriarcado o qual coloca a mulher em lugar de objetificação. Para a mulher trata-se também de um processo de hipersexualização. A objetificação das mulheres, um construtor que busca reduzi-las a mero instrumento de realização dos desejos dos homens, é inerente ao patriarcado. Entretanto, conforme explicitamos, todas as mulheres são atingidas pelo machismo, porém de formas diferenciadas (CFESS, 2019, p. 15).

Dito isso, destacamos que o machismo está articulado dentro da lógica do patriarcado na exploração e opressão, este é um preconceito que vem cada vez mais ganhando notoriedade após as aproximação e identificação de muitas mulheres com o feminismo. Para tanto, fazemos aqui entender que feminismo não se trata de um machismo às avessas como usado para deslegitimar as causas do feminismo mas trata de um movimento que busca igualdade entre homens e mulheres. Portanto há uma diferenciação do feminismo, pois não se trata de uma dominação como no caso do machismo e outras formas. Diferentemente de outras formas de dominação, o machismo molda e determina diretamente relações de poder em nossas vidas privadas, em espaços sociais familiares, no contexto mais íntimo (casa) e nas esferas mais íntimas de relações (família) (hooks, 2019, p. 48).

Assim, para concebermos melhor esta categoria que trata do feminismo negro, vale resgatar uma afirmação enfatizada por Léia González durante uma entrevista diante da provocação: O que é ser feminista? Prontamente sua resposta foi: É tomar consciência da sua condição de mulher. (GONZALEZ, 2020, p. 278).

Face ao exposto me questioneei, então no que constituía o feminismo negro, pois bem ao longo das leituras não cheguei a uma resposta que pudesse de fato abarcar todas os princípios do feminismo negro, pois como tenho apresentado ao longo desse tópico o feminismo negro é primeiramente a compreensão das pluralidade feminista, logo para o questionamento que se apresenta, importa dizer que o feminismo negro é quando a mulher que tem consciência de sua condição de mulher entende que essa condição difere, criando assim cada mulher a sua identidade dentro da sua particularidade.

O feminismo não nos ajudou apenas a reconhecer uma série de conexões entre discursos, instituições, identidades e ideologias que tendemos a examinar separadamente. Ele também nos ajudou a desenvolver estratégias epistemológicas e de organização que nos levam além das categorias “mulher” e “gênero” (DAVIS, 2018, p. 99).

Sendo nesse momento que se constrói a imagem da mulher negra pertencente a cada mulher negra. Então constituídas desse pertencimento de mulher negra com vivências cotidianas diferentes, mas que têm em comum entre elas fator que determina a elas um lugar desigual na sociedade brasileira o racismo e o sexismo. O feminismo, como luta libertadora, deve existir à parte de e como parte de uma luta maior para erradicar a dominação em todas as suas formas (hooks, 2019, p. 49).

Na tentativa de estabelecermos uma comunicação mais direta de como a ação do Serviço Social está ligada a discriminação racial posto a realidade diversificada da questão racial, temos que incorporar os condicionantes que puseram a população negra sobretudo a mulheres em processo de exploração. Segundo Martins et al. (2020, p.145).

[...] a formação do Serviço Social no Brasil é atravessada por limites profundos. Limites associados ao seu distanciamento do debate étnico-racial, sobretudo porque as determinações do processo de colonização, escravidão, constituição do capitalismo e formação burguesa, imprimiram uma questão étnico-racial cujas repercussões são profundas na vida dos /as trabalhadores/as negros/as e povos originários.

Para se estabelecer uma compreensão é necessário antes de tudo, reconhecer. Reconhecer os limites relacionados à segregação que é tida para o debate da racial. Mesmo com o projeto profissional do Serviço Social assumir o posicionamento para a defesa intransigente dos direitos humanos, a formação profissional ainda se há, em seu processo, contradições do debate étnico-racial. Para José Paulo Netto (1999, p. 5) todo corpo profissional é um campo de tensões e de lutas. A afirmação e consolidação de um projeto profissional em seu próprio interior não suprime as divergências e contradições. Princípios fundamentais do Serviço Social é indissociável do projeto ético-político é por isso que aqui conceberemos o vínculo do fazer profissional com os pensamentos do feminismo negro brasileiro.

II. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo.
VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças.

VII. Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual.

VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero (CFESS, 2012, p. 23-24).

Esse pressuposto teórico-político e ético norteia o enfrentamento das contradições postas à profissão, a partir de uma lógica crítica, que fundamenta o agir profissional. Assim tais contradições existem, mas devemos, enquanto categoria profissional operantes com princípios indispensáveis na defesa, reconhecer os processos que emergem das relações de dominação precisamente a do capital. “Se o racismo decorre de uma situação de exploração econômica, ele acaba por assumir autonomia própria” (Manuel Faustino). (GONZALEZ, 2020, p.203).

Deste modo, esse conjunto normativo regula a formação acadêmica no fazer profissional e sua atuação nos diversos espaços sócio-ocupacionais instrumentalizado no Código de Ética da assistente social, que se posiciona a favor dos direitos sociais e políticos de todas as populações, são os fundamentos acima que possibilita a manutenção que afirma a melhoria de uma categoria ligada às realidades sociais.

Esse movimento de influir a questão racial com a dominação patriarcal que precisamente infere na atuação profissional. É nesse sentido que intelectuais do feminismo negro articulam a luta feminista em um contexto interdisciplinar para se pensar as problemáticas de raça, gênero e classe numa consonância para acabar com a dominação e opressão dos corpos das mulheres negras. O esforço feminista para acabar com a dominação patriarcal deveria ser uma preocupação primária precisamente porque insiste na erradicação da exploração e da opressão no contexto familiar e em todos os outros relacionamentos íntimos (hooks, 2019, p. 49).

Posto isso, que defendemos aqui a conformidade do Serviço social com o feminismo negro para influir mais especificamente no campo do surgimento deste movimento do feminismo para erradicação da opressão, exploração e violência. As metodologias feministas nos impelem a explorar conexões que nem sempre são aparentes. E nos impulsionam a explorar contradições e descobrir o que há de produtivo nelas (DAVIS, 2018, p. 99).

Neste sentido o movimento se articula com as questões históricas, com efeito de promover o diálogo do racismo e sexismo na contemporaneidade, para reconhecimento na sociedade de uma parcela ainda bastante subalternizada, explorada e invisibilizada. Um ato que a autora Léila Gonzalez (2020, p.202-203) chama de racismo por omissão. E este nada mais é do que um dos aspectos da ideologia do branqueamento que, colonizadamente, quer nos fazer crer que somos um país racialmente branco e culturalmente ocidental, eurocêntrico.

Um racismo que está intimamente entrelaçado com a ideologia que se criou de democracia racial, [...] não só definindo a identidade do negro como determinando o seu lugar na hierarquia social; não só “fazendo a cabeça” das elites ditas pensantes como a das lideranças políticas que se querem populares, revolucionárias. (GONZALEZ, 2020, p. 203).

Todavia, é num movimento coletivo de contrapor a lógica do capitalismo da opressão e as diferenças que se interligam o sexismo e racismo sobre as estruturas da dominação do capitalismo.

É trabalhando coletivamente para confrontar a diferença e para expandir nossa consciência sobre sexo, raça e classe como sistemas interligados de dominação, sobre os modos pelos quais reforçamos e perpetuamos essas estruturas, que aprendemos o verdadeiro significado da solidariedade. (hooks, 2019 p. 52).

Na tentativa de sobrepor as questões de classe sobre raça e minimizar os efeitos nocivos do racismo há um discurso de que se tem no Brasil uma “democracia racial”. Como já ressaltamos um mecanismo para não se discutir a situação da população negra que está à margem da sociedade. “É muito comum se reduzir o racismo a uma questão meramente de classe, o que não é verdade, embora haja pontos de contato”, dizia um companheiro africano por ocasião do Congresso Internacional da Associação Latino-Americana de Estudos Afro-Asiáticos (GONZALEZ, 2020, p.203).

Contudo, ao se introduzir nas pautas femininas a intersecção de raça, gênero e classe ocorreu um movimento de aproximação com a realidade das desigualdades sociais existentes. Ou seja, o feminismo conquistou um novo olhar além das questões postas das diferenças de gênero. Importantes intervenções em relação à raça não destruíram o movimento das mulheres, mas o fortaleceram. Superar a negação de raça ajudou mulheres a encarar a realidade da diferença em todos os níveis (hooks, 2018, p. 71).

No feminismo contemporâneo se faz uso o termo sororidade para representar uma universalidade entre as mulheres, o uso do termo sororidade para representar uma universalidade entre as mulheres. Segundo a autora Grada Kilomba (2019, p. 101), feministas ocidentais estiveram, e estão entusiasmadas com a ideia desta sororidade. Mas, elas conceituam mulheres como um grupo coletivo, generalizado e oprimido em uma sociedade patriarcal.

No entanto, compreende-se que para o desenvolvimento de um feminismo tendo em conta as questões raciais, é necessário excluir a ideia de universalidade feminina, que impossibilita o conhecimento das diversas dinâmicas que envolvem as mulheres negras. Nesse ínterim, corroboramos com as ideias de Kilomba, ao afirmar que:

Para reconhecer a realidade de mulheres negras, temos de distinguir os entrelaçamentos de "raça" e gênero em estruturas de identificação. A incoerência do termo "sororidade" torna-se óbvio no episódio que recordei no início deste capítulo, pois ele não consegue explicar o porquê de uma menina negra ser convidada a tornar-se a serva de uma mulher branca e de sua filha branca. Nessa cena, não há "sororidade", e não há cumplicidade entre as mulheres, mas sim uma hierarquia - hierarquia racial, pois eu fui interpelada a tornar-me a serva de uma mulher branca (KILOMBA, 2019, p.101).

Por isso, buscamos neste tópico demonstrar a relevância de não universalizar as questões do feminismo, pois isto implica em relativizar as questões raciais, além de implicar em uma análise indevida da realidade cotidiana das desigualdades que atinge as mulheres negras em distinção com as mulheres brancas. É nesse contexto que é necessário promover uma articulação com a ação profissional em defesa dos direitos.

1.3 O movimento de mulheres negras no Brasil: “Enegrecendo o Feminismo”

No presente tópico nos apropriamos do termo enegrecendo o feminismo para aqui ressaltar a relevância do feminismo adotar a postura antirracista. Isso a qual enriquece o debate feminista frente a perspectiva das demandas da questão racial e o sexismo de modo a se assumir uma postura política de integrar o pluricultural e multirracial na prática do feminismo, possibilitando um feminismo que quebra com a ideia de universalidade e abarca as dinâmicas da questão étnico-racial. É válido destacar que,

Enegrecendo o feminismo é a expressão que vimos utilizando para designar a trajetória das mulheres negras no interior do movimento feminista brasileiro. Buscamos assinalar, com ela, a identidade branca e ocidental da formulação clássica feminista, de um lado; e, de outro, revelar a insuficiência teórica e prática política para integrar as diferentes expressões do feminino construídos em sociedades multirraciais e pluriculturais. (CARNEIRO, 2003, p. 118).

A autora oferece uma reflexão acerca do mito da fragilidade feminina, que para as mulheres negras era algo impensável, como pensar numa mulher frágil. Estas têm no contexto coloniais. Similarmente a extensão da categorização de raça e gênero apreendidas na formação social brasileira, nos aponta para o fato de que,

Quando falamos do mito da fragilidade feminina, que justificou historicamente a proteção paternalista dos homens sobre as mulheres, de que mulheres estamos falando? Nós, mulheres negras, fazemos parte de um contingente de mulheres, provavelmente majoritário, que nunca reconheceram em si mesmas esse mito, porque nunca fomos tratadas como frágeis. Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas... Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar! Fazemos parte de um contingente de mulheres com identidade de objeto. Ontem, a serviço de frágeis sinhozinhos e de senhores de engenho tarados (CARNEIRO, 2020, p.2).

Ao longo dos anos, os movimentos feministas do Brasil adquiriram conquistas na qual o fez ser considerado um importante movimento, com boas performances de atuação e contribuições que promoveram discursos referentes aos direitos das mulheres. A luta referente à autonomia dos corpos das mulheres é uma das grandes pautas da sexualidade. Para além disso,

tem a luta por conta das desigualdades salariais. A iniciativa do feminismo negro se concebe nas articulações de combate ao conjunto destas desigualdades para com a mulher negra.

Desta maneira, ao se conscientizar das condições específicas da mulher negra, o feminismo negro coloca em evidência a mulher negra, em geral, pobre periférica o que possibilita compreender qual o papel do feminismo na luta antirracista brasileira e, mais especificamente em elucidar as desigualdades de gêneros que sujeita/o as mulheres negras a dominação do patriarcado. Esse novo papel assumido, enquanto sujeitas/os políticas atuantes em uma luta pela construção da autonomia das mulheres negras no resgate da sua identidade, faz com que esses sujeitos/as. Essa condição faz com esses sujeitos/as assumam, a partir do lugar em que estão inseridos, diversos olhares que desencadeiam processos particulares subjacentes na luta de cada grupo particular (CARNEIRO, 2019, p. 180).

O protagonismo do feminismo negro no Brasil foi aos poucos se desenvolvendo, com práticas que ampliaram sua concepção, mas ao mesmo tempo se respeitou as especificidades das mulheres negras, no entendimento de que o racismo a ser combatido se trata de uma prioridade na ação política, num apoderamento da consciência da opressão racial que ocorre na sociedade brasileira. Há, no entanto, o carecimento da articulação entre as demandas das mulheres construídas historicamente e racialmente de inferioridade as quais dispõem demandas particulares, “ou seja, grupo de mulheres indígenas e grupos de mulheres negras, por exemplo, possuem demandas específicas que, essencialmente, não podem ser tratadas, exclusivamente, sob a rubrica da questão de gênero se esta não levar em conta as especificidades que definem o ser mulher neste e naquele caso”. (CARNEIRO, 2003, p. 119).

As mulheres negras estão inseridas num contexto historicamente caracterizada como inferior por um grupo dominante. O racismo é superlativo a gênero já que as mulheres negras são tidas como um grupo inferior até para homens negros, sendo estes considerados do mesmo modo inferiores em relação as mulheres brancas, logo mulheres negras findam como a última camada da população na escala de inferiorização no campo social. Por isso, a importância deste grupo tomar consciência das suas diferenças relativas a outras mulheres, e homens.

O reconhecimento destas como parte de uma parcela socialmente marginalizada reproduz a luta contra a exploração e exclusão de gêneros subservientes. Nessa perspectiva, há um limite inalcançável equiparado a gêneros hegemônicos com disparidades frequentemente evidentes quando observamos qual o grupo que mais se destaca em nível salarial e quais pertencem a camada desigual e marginalizada.

Para que se possa reverberar essa consciência da conjuntura a qual as mulheres negras estão inseridas é de suma necessidade impulsionar as elaborações na educação, considerando as considerações no que concerne ao racismo e aos métodos para seu enfrentamento, na lógica de possibilitar e reverberar. Nesse sentido, as estratégias do feminismo negro em acolher as mulheres negras para se desenvolver as ações antirracistas possibilitam a eliminação dos entraves que impedem mudar a situação desigual das mulheres negras na sociedade.

1.4 O Serviço Social contra o preconceito: A intervenção para garantia de direitos

O/A assistente social tem sua atuação pautada no âmbito da defesa dos direitos, então é nesse sentido que o Serviço Social atua para a intervenção a qual é desempenhada em meio às contradições nas suas funções. A/O profissional de Serviço Social enfrentará limitações para assegurar os direitos nos marcos da sociedade de classes antagônicas. Isto posto, é imprescindível a percepção da realidade das mulheres negras frente ao racismo e sexismo que impelem as desigualdades. De acordo com o CFESS,

Nesse sentido, faz-se necessária a apreensão crítica acerca dessa realidade e a apropriação de conhecimentos sobre o fenômeno do racismo e de suas diversas expressões na vida social. Esse processo contribuirá para o fortalecimento do projeto ético-político profissional, sobretudo no que tange à sua direção política, que busca construir outra sociabilidade, com valores emancipatórios, cujas relações humanas sejam livres de qualquer exploração, opressão e discriminação de classe, racial e patriarcal (CFESS,2020, p.16).

Por outro lado, ao mesmo tempo que se há por parte do Serviço Social a prerrogativa de intervir na garantia de direitos e contra ao preconceito, há também um déficit no processo de conhecimento passado aos graduandos, já que não há na grade curricular uma disciplina que dialogue sobre o racismo e todo o processo histórico. As disciplinas que são ofertadas com essa temática são em geral optativas, assim também ocorre com a questão de gênero. Porém a relação de racismo e sexismo o qual as/ os futuros assistentes sociais terão que interceder é um racismo cotidiano e estrutural próprio da formação sociohistórica brasileira.

Uma dinâmica que para as mulheres negras é constante e impiedosa dada a omissão por intermédio do mito da democracia racial, que serviu para a hierarquização de classe e raça. O racismo manifesta o preconceito que inferioriza a população negra, sobretudo as mulheres. O racismo se manifesta de diferentes formas, desde atitudes no âmbito das relações individuais, a

relações estruturais e institucionalizadas. Manifesta-se tanto em ações concretas de discriminação racial, como em atitudes de omissão frente a injustiças decorrentes da condição étnico-racial (CFESS,2019, p.13).

Em geral a luta das mulheres não é uma luta somente de gênero, mas uma luta que envolve superar a discriminação racial. Além disso, não depende de uma habilidade de superar as desigualdades produzidas historicamente de dominação masculinas, pois é na superação dessas ideologias de opressão que se estabelece a violação de direitos inferiorizando socialmente para a parcela da população negra do Brasil. A discriminação racial viola direitos, produzindo e ampliando a desigualdade. Retirando das pessoas a dignidade, alija do acesso a bens e serviços, expõe a situações vexatórias, humilha, invisibilizada, causa isolamento social. Trata-se de uma situação concreta ou de ameaça aos direitos e à dignidade humana (CFESS, 2019, p.13).

A inferioridade imposta pelo racismo é superior quando se trata das mulheres negras que são desvalorizadas por sua condição de sexualidade. O efeito disso é uma sociedade machista que advém de ideologia historicamente construída de manutenção de um sistema político, social e econômico de repressão.

Face a situação das mulheres é evidente que o diálogo de racismo e sexismo no Brasil necessita avançar no debate e enfrentamento das opressões expostas a esse grupo. Historicamente o Brasil fracassa em articular respostas às desigualdades, a reprodução do racismo e do sexismo, fator estruturante da desigualdade e exploração capitalistas. Essas desigualdades no interior do mesmo grupo racial resultam em contradições políticas e ideológicas (CARNEIRO, 2019, p. 36).

[...] a conjugação do racismo com o sexismo produz sobre as mulheres negras uma espécie de asfixia social com desdobramentos negativos sobre todas as dimensões da vida, que se manifestam em sequelas emocionais com danos à saúde mental e rebaixamento da autoestima; em uma expectativa de vida menor, em cinco anos, em relação à das mulheres brancas, em um menor índice de casamentos; e sobretudo no confinamento nas ocupações de menor prestígio e remuneração (CARNEIRO, 2011, p. 127-128).

A condição da mulher negra é mais problemática quando se faz o recorte de gênero, tal grupo carrega a totalidade de opressões do racismo, machismo, além da exploração de classe social. Consequentemente os desdobramentos da discriminação introduz as mulheres negras em maior grau de desigualdade em paralelo as demais parcelas da população. Para nós, mulheres negras, a conjugação das discriminações de raça, sexo e classe implica em tríplice militância, visto que nenhuma solução efetiva para os problemas que nos afligem pode advir da alienação de qualquer desses três fatores (CARNEIRO, 2019, p. 46).

A necessidade de falar do racismo é exatamente por mulheres negras ocuparem um espaço de invisibilidade da situação desigual a qual estas se inserem. São diversas as vezes em que há uma deslegitimação da luta do feminismo negro, uma vez que o racismo e o sexismo são estruturantes de uma sociedade patriarcal. Há uma percepção de que todos os espaços constantemente se apresentam como espaços de opressão. Para nós, falar desses temas é questão de sobrevivência; é denunciar a dura e desigual realidade (RIBEIRO, 2018, p. 50).

Para a autora Grada Kilomba o racismo coloca os negros fora da condição humana. O racismo brasileiro se caracteriza em uma negativa que se instaurou com o mito da democracia racial. Este fato, impossibilitou que pessoas negras se visualizem como negras, o que reflete no auto reconhecimento enquanto pessoas negras.

Aqui quando fazemos uso do termo “enegrecendo o feminismo” que a autora Sueli Carneiro tão bem dialoga em suas escritas, é para ressaltar a importância do reconhecimento identitário numa posição antirracista, já que ao se articular racismo e sexismo possibilita um novo olhar para a posição da mulher negra na formação historicamente construída em uma ordem social de uma hipotética democracia. As mulheres negras tiveram uma experiência histórica diferenciada que o discurso clássico sobre a opressão da mulher não tem reconhecido, assim como não tem dado conta da diferença qualitativa que o efeito da opressão sofrida teve e ainda tem na identidade feminina das mulheres negras (CARNEIRO, 2020, p.2).

A luta das teóricas do feminismo negro é para resgatar e debater um movimento histórico de enfrentamento a repressão das diferenças da conjuntura histórica da escravatura a qual permitiu os modos estruturantes do racismo e sexismo do povo negro, particularmente das mulheres negras. O movimento feminista se organiza para se opor ao patriarcado o qual forjou um grupo de mulheres numa cultura de marginalização na qual as invalida e negligencia sua especificidade, respondendo as interseções e articulações de raça e gênero como indissociável dos demais fundamentos de dominação.

Se o feminismo deve liberar as mulheres, deve enfrentar virtualmente todas as formas de opressão”. A partir desse ponto de vista, é possível afirmar que um feminismo negro, construído no contexto de sociedades multirraciais, pluriculturais e racistas – como são as sociedades latino-americanas – tem como principal eixo articulador o racismo e seu impacto sobre as relações de gênero, uma vez que ele determina a própria hierarquia de gênero em nossas sociedades. (CARNEIRO, 2011, p. 2).

Para libertar é necessário, primordialmente, que as mulheres negras tomem consciência da opressão que sofrem. Assim, também é substancial que debatam as diferenças sociais entre

mulheres brancas, homens negros e mulheres negras. Segundo a escritora feminista norte-americana Audre Lorde (2019, p.144) é responsabilidade do oprimido educar seus opressores sobre seus erros. Espera-se que os negros [...] eduquem as pessoas brancas quanto à nossa humanidade. Espera-se que as mulheres eduquem os homens. Espera-se que lésbicas e gays eduquem o mundo heterossexual.

Essa colocação é pertinente com a demanda de uma discussão em que se ignora as intersecções de raça, sexualidade e classe impossibilitando a compreensão dos estruturantes de opressão das mulheres e dos demais grupos oprimidos, devemos considerar as diferenças que há entre os esses três eixos. No entanto, não são essas diferenças que estão nos separando. É, antes, nossa recusa em reconhecê-las e refletir as distorções que resultam de as confundirmos e os efeitos dessas distorções sobre comportamentos e expectativas humanas (LORDE, 2019, p.144).

A hierarquização das relações que reproduz a crença da superioridade da raça e sexo, porém é reconhecendo as diferenças impostas socialmente que poderemos reivindicar romper com as contradições sociais que nos põem em papel desigual.

O atual movimento de mulheres negras, ao trazer para a cena política as contradições resultantes da articulação das variáveis de raça, classe e gênero, promove a síntese das bandeiras de luta historicamente levantadas pelos movimento negro e de mulheres do país, enegrecendo de um lado, as reivindicações das mulheres, tornando-as assim mais representativas do conjunto das mulheres brasileiras, e, por outro lado, promovendo a feminização das propostas e reivindicações do movimento negro (CARNEIRO, 2011, p. 2).

Todavia, o movimento feminista negro e os pensamentos teóricas deste se articulam para desenvolver teoricamente, uma percepção da luta numa busca para alteração do presente com a possibilidade de se construir um futuro que desagregam a normativa social do racismo e patriarcado. O feminismo insiste em métodos de pensamento e de ação que nos encorajam a uma reflexão que une coisas que parecem ser separadas e que desagrega coisas que parecem estar naturalmente unidas (DAVIS, 2018, p. 99).

A importância destes apontamentos que aqui apresentamos se caracteriza pela perspectiva de se desenvolver um diálogo interdisciplinar dentro de uma percepção internacionalista de luta, a qual possibilita a diversificação para a temática numa difusão das diferenças entre as mulheres para possibilitar a participação, em condições de igualdade, na política, econômica, social e cultural buscando a erradicação de todas as formas de discriminação sexual e racial.

Portanto, em um contexto em que particularmente mulheres negras representam o maior contingente de mulheres marginalizadas, é preciso lutar para superar as ideologias complementares desse sistema de opressão do capitalismo, que as compreendem enquanto subprodutos das explorações e opressões diversas. Para tanto, é fundamental que o Serviço Social eleve a questão racial ao mesmo patamar de prioridade, na grade curricular do curso e no enfrentamento cotidiano das ações dos/as profissionais, que a “questão social” e de classe social, sendo necessário ainda considerar as questões de gênero e de forma interseccional a realidade da mulher negra, por todo o exposto que até aqui foi possível levantar.

2. ROMPENDO O SILENCIAMENTO



Eu sou
A voz da resistência preta
Eu sou
Quem vai emprestar minha bandeira
E eu sou
E ninguém isso vai mudar
Tudo começou dar certo quando eu aprendi me amar
 [...]

Seu nariz é lindo, preto
Sua boca é linda
E seu cabelo é lindo, preta
Sua cor é linda
E eu sou
A voz da resistência preta
Eu sou
 (WD)

A partir das observações da particularidade brasileira da estrutura da questão racial e do patriarcado, apreendemos quais os agentes perpetuadores dessa dinâmica desigual, em um movimento de aprofundamento do debate sobre as relações de racismo e sexismo na formação profissional em Serviço Social e como as implicações na intervenção profissional devem articular o projeto ético-político do Serviço Social com o feminismo negro.

É mediante uma conjuntura de um limitado debate da questão étnico racial e mutualmente nos dilemas das mulheres negras, frente a formação profissional das/ os assistentes sociais no enfrentamento das estruturas capitalistas de dominação, que nos aproximamos do debate para promover uma postura de proporcionar aqui o ato de romper com o silenciamento do debate do feminismo negro e as pautas da questão étnico racial no Serviço Social. “Compreende-se aqui o silenciamento como a naturalização e/ ou invisibilidade da questão étnico-racial e a forma secundária com que o seu debate é encaminhado pela profissão.” (CORREIA, 2020, p. 120).

O silenciamento se configura por ocorrência de carência da temática da questão racial e sexismo no Serviço Social, pois mesmo que se tenha algumas publicações e disciplinas que tratem do tema, estas ainda não dão conta de articular a questão do racismo e o sexismo que tanto as feministas negras buscam contextualizar. O enlace do movimento feminista com a luta antirracista é na perspectiva de que as reivindicações das mulheres estejam conjuntamente ligadas à luta contra as desigualdades que atingem as mulheres negras com maior ênfase. É nesse sentido que a questão social se relaciona a questão étnico racial como um agravo das relações desiguais.

Assim, deve-se buscar compreender as dinâmicas que há entre a questão social e a questão racial enquanto dinâmicas cotidianas da atuação da profissional de Serviço Social. Por isso, reafirmamos que a [...] questão étnico-racial como indissociável da análise e compreensão da

“questão social” brasileira conduz à postulação de que o seu conteúdo é obrigatório na formação profissional do Serviço Social. (MARTINS et al, 2020, p. 141). É significativo uma postura dentro da formação acadêmica de Serviço Social que articule essas temáticas.

Da mesma forma que a questão racial representa um agravo para a “questão social” há nesse contexto um entrelaçamento destas questões com a dominação que mulheres negras sofrem dentro de uma sociedade capitalista patriarcal. Esta realidade, submete a mulher negra à posição de exploração devido a articulação dos eixos do racismo com o sexismo. “Portanto, se observa a exploração/opressão de gênero relacionada a todas as mulheres, não resta dúvida de que essa exploração/opressão se afirma duplamente no que tange às mulheres negras: pelas relações de gênero e étnico-raciais.” (MARTINS, 2014, p. 120).

Todavia, quando nos posicionamos numa perspectiva de compreender as expressões da “questão social” é apreender que o racismo e o sexismo, mesmo estando contido em uma dinâmica de silenciamento, se apresentam como uma demanda do Serviço Social que é indissociável da composição e das expressões da “questão social” da formação social brasileira.

Mesmo com os relativos avanços no processo de ruptura do Serviço Social com o conservadorismo, como forma de recusa para as situações de opressões e exploração, observa-se que a questão de conceito de raça, no código de ética, tenha sido reduzida apenas a questão étnica, como é possível constatar segundo os princípios fundamentais da profissão, retomado a seguir.

VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero;
 XI. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física (CEP, 1993, p. 24).

A ausência do termo raça nesse documento norteador do fazer profissional do Serviço Social ou mesmo a opção pelo não uso de determinados termos e/ou expressões, como o exemplo aqui citado, se constitui em tomadas de posições políticas, que nesse caso, permitem a constituição e perpetuação de relações de poder, uma vez que nossa expressão determina a posição de identidade e essa lacuna no código de ética, infelizmente enfraquece a luta antirracista.

Por isso, que adotamos uma postura de romper a invisibilidade da questão étnico racial para com esse movimento de possibilitarmos um diálogo do Serviço Social com as ponderações do feminismo negro para proporcionar uma ação profissional pautada na particularidade das mulheres negras. A intenção é quebrar com o distanciamento da formação acerca das problemática do racismo.

[...] a formação do Serviço Social no Brasil é atravessada por limites profundos. Limites associados ao seu distanciamento do debate étnico-racial, sobretudo porque as determinações dos processos de colonização, escravidão, constituição do capitalismo e formação burguesa, imprimiram uma questão étnico-racial cujas repercussões são profundas na vida dos/as trabalhadores/as negros/as e povos originários. (MARTINS et al, 2020, p. 145).

O Serviço Social numa tentativa de aproximação da temática tem realizado algumas publicações que possibilitam dialogar e pensar sobre o preconceito racial tão presente na demanda de atuação profissional, no enfrentamento às desigualdades diversas, com bases estruturais na escravidão e no patriarcado. Como dito, a discriminação racial desenvolve uma distinção entre brancos e negros e isso gera a desigualdade social, marginalização e pobreza. No enfrentamento a esta lógica, em julho de 2010 foi sancionado o Estatuto da Igualdade Racial.

I - Discriminação racial ou étnico-racial: toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública ou privada.
 III - desigualdade de gênero e raça: assimetria existente no âmbito da sociedade que acentua a distância social entre mulheres negras e os demais segmentos sociais (BRASIL, 2010).

Retoma-se que o preconceito é materializado na discriminação racial sendo expresso nas relações sociais de diferentes formas, em que o racismo gera múltiplas violências que constantemente marginaliza a população negra. Manifesta-se tanto em ações concretas de discriminação racial, como em atitudes de omissão frente a injustiças decorrentes da condição étnico-racial (CFESS, 2016, p.11). No tocante ao Serviço Social, o Conselho Federal de Serviço Social - CFESS, a partir da comissão de Ética de Direitos Humanos, lançou uma série de materiais chamando o/a assistente social no combate ao preconceito. Nessa perspectiva, para nortear nossa escrita, fizemos uso do caderno 3 que trata do racismo e o caderno 6 sobre o machismo. Para nortear a escrita no diálogo com o Serviço Social.

Portanto, é intencional a escolha por discutir o feminismo negro, pois a compreensão que se investiga é de conhecer o processo de concepção da imagem da mulher negra que tem consciência da posição a qual está alocada, em uma sociedade que nega sua existência enquanto mulher e objetifica sua existência como parte da discriminação historicamente produzida no imaginário social de democracia racial. No caso brasileiro, as relações raciais se entrelaçam às suas particularidades histórico-sociais, interferindo, agravando e aprofundando a conformação da “questão social”. (MARTINS, 2013, p. 12).

Portanto, se visa valorizar o feminismo negro e a trajetória de luta para legitimar a questão racial no curso de Serviço Social, que muito embora tenha algum debate sobre a temática,

essa ainda é escassa e invisibilizada. Então, trabalhamos para articular as questões do feminismo negro e das mulheres negras na dinâmica do fazer profissional dos/as Assistentes Sociais, uma vez que o feminismo negro corresponde a uma luta para denunciar o preconceito, enquanto expressão inerente das relações conservadoras da sociedade burguesa na conjunção de exploração pelo capital.

Nesse sentido, se entende a necessidade de assumir todos os esforços para legitimar o compromisso em um processo de formação do profissional de Serviço Social.

Outrossim, destaca-se que buscamos uma ação para além da reparação histórica, consonante com o projeto ético político da profissão na defesa intransigente dos direitos humanos, com a garantia da equidade social, manifestando o posicionamento contrário ao preconceito o qual [...] pode se manifestar por meio da omissão, quando há o silenciamento frente a violações de direitos e à manutenção de privilégios de uns/umas em detrimento dos direitos de outros/as, ou por uma ação direta, que, neste caso, denominamos discriminação (CEFSS, 2019, p.14).

Portanto, nos posicionamos pelo reconhecimento das questões epistemológicas do feminismo negro no Serviço Social. Consideramos a trajetória do feminismo como movimento social e como ciência enquanto a história do processo de dar voz aos/às subjugados/as que ficaram silenciados/as ao longo dos tempos. Por fim, reconhecemos ainda, que o poder de participação na sociedade é também o de construção de um conhecimento, no qual tentamos uma conjunção entre o teórico-metodológico da formação de profissionais de Serviço Social, na produção de conhecimento para afirmar uma consonância do fazer profissional com a produção acadêmica da profissão.

2.1 O Feminismo Negro: Protagonizando Vozes

Dessarte, quando aqui nos colocamos em posição de romper com o silenciamento é antes de tudo, para proporcionar o movimento de protagonizar vozes e de dar visibilidade ao que tem sido posto na invisibilidade, à margem da sociedade brasileira. Assumimos aqui a propriedade de falar de expor as desigualdades que tem posto as mulheres negras e toda a população em uma posição de silenciamento.

Um silenciamento que promove o apagamento da questão étnico racial juntamente com a “questão social”, deve-se compreender que o racismo é uma problemática social, responsável por colocar responsável por colocar mulheres em um lugar no qual temos sido faladas sem que estas tenham falas próprias.

O risco que assumimos aqui é o do ato de falar com todas as implicações. Exatamente porque temos sido falados, infantilizados (infans é aquele que não tem fala própria, é a criança que se fala na terceira pessoa, porque falada pelos adultos), que neste trabalho assumimos nossa própria fala. Ou seja, o lixo vai falar, e numa boa. (GONZALEZ, 2020, p.69).

As implicações de não falarmos é de sermos inferiorizadas, constituindo em uma ausência recorrente de nossa fala própria, que nos foi histórica, intencional e estrategicamente negada por muito tempo e em grande parte consiste no silenciamento contínuo. Por isso, a importância de se entender o feminismo negro em um movimento de ressignificação de nossa voz e lugar, para que mulheres negras assumam sua identidade e fale sobre as problemáticas que as atingem numa sociedade racista que vê a mulher negra como alguém que está à margem da sociedade, o que constitui num apagamento contínuo das mulheres negras e acirra as desigualdades entre brancas e negras.

A voz da mulher negra é manifestada em um lugar de subalternidade principalmente quando esta concebe a crítica aos sistemas de opressão. É impossível para a subalterna falar ou recuperar sua voz e, mesmo que ela tivesse tentado com toda sua força e violência, sua voz ainda não seria escutada e compreendida pelos que estão no poder. Nesse sentido, a subalterna não pode, de fato, falar. (KILOMBA, 2019, p. 41).

A mulher negra é definida e marcada por uma ordem de dominação que permanece infantilizando-as. Trata-se do silenciamento que rouba nossa voz e que impossibilita que esta assumamos o seu "lugar de fala", conceito definido por Djamilia Ribeiro que defende que o ato de falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas de poder existir. Pensamos lugar de fala como refutar a historiografia tradicional e a hierarquização de saberes consequente da hierarquia social. (RIBEIRO, 2019, p.30).

Temos de reconhecer que aqui entendemos a fala ou o falar como um ato de resistência e não somente como um ato de expressão. Quando protagonizamos vozes estamos reproduzindo um posicionamento político para se contrapor às políticas de dominação e conseguirmos retirar as questões raciais e sexistas do anonimato os quais são postos para deslegitimar as reivindicações contra o epistemicídio da população negra.

Para nós, porém, o epistemicídio é, para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso à educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da autoestima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. (CARNEIRO, 2005, p.97).

O conceito de epistemicídio representa para Sueli Carneiro a desqualificação do conhecimento, o que também podemos compreender a partir do apagamento que reproduz a inferiorização, no campo intelectual, religioso, cultural e de autoestima. Esta desqualificação exerce o mecanismo que deslegitima a população negra, mas sobretudo as mulheres quando estas têm seus corpos sexualizados ignorando-as enquanto sujeitas e as tipificando enquanto objetos.

As mulheres negras escritoras estão em constante luta para se destacar e proporcionar o reconhecimento para assim possibilitar que suas pautas saiam da invisibilidade e ausência a que estão sujeitas. Para aqueles. Para aqueles que exercem o poder opressivo, aquilo que é ameaçador deve ser necessariamente apagado, aniquilado e silenciado. (hooks, 2019, p. 30).

Para tanto, o silenciamento que é posto às mulheres negras juntamente com questão racial é exatamente pelo fato de que quando as mulheres negras se posicionam para denunciar as arbitrariedades advindas dos estruturantes do período da escravidão e se perpetua nos moldes do capitalismo patriarcal. Ao entendermos que o silenciamento e apagamento das mulheres negras é por conta de que essas buscam dar voz às problemáticas da desigualdade que se apresenta em uma sociedade que está pautada no mito da democracia racial, que tem sujeitado as mulheres negras a um lugar de objetificação.

O feminismo negro traz a representatividade de proporcionar voz a grupos que nunca tinha tido voz pública, mulheres que agora estão verbalizando e compartilhando o conhecimento contra a opressão. Em nome do silêncio, cada um de nós evoca a expressão de seu próprio medo – o medo do desprezo, da censura ou de algum julgamento, do reconhecimento, do desafio, da aniquilação. Mas, acima de tudo, penso que tememos a visibilidade sem a qual não vivemos verdadeiramente. (LORDE, 2019, p.51).

Nosso posicionamento é o de expressar a identidade da mulher negra que ainda se busca evocar a fala para sair da invisibilidade frente às diferenças raciais. Assim, entendemos que é necessário inserir dentro do Serviço Social uma visibilidade para as questões que oprimem as mulheres negras, uma vez que [...] na formação social concreta, as análises de classes no Brasil imprimiram um racismo epistemológico, ao ocultar uma realidade de luta dos/as negros/as feita contra a exploração capitalista e as suas resultantes. (MARTINS, 2017, p. 276).

Então é no rompimento com essa ocultação da realidade da luta das mulheres negras que procuramos proporcionar a verbalização da luta antirracista das feministas negras na formação das profissionais de Serviço Social para que tais lutas tenha a viabilidade de assumir a condição de sujeitas/os na luta contra os condicionantes sociais do racismo. Dado o exposto, os/as negros/as jamais assumiram a condição de sujeitas/os políticas importantes, mesmo por-

que, historicamente, a luta antirracista no Brasil foi mistificada como uma luta cultural, e realizada – única e exclusivamente – para a inclusão dos/as negros/as na sociedade de classes. (MARTINS, 2017, p. 277).

As implicações sociais da fala são libertadoras pois viabiliza um processo de autodescoberta das mulheres negras de conscientização enquanto sujeitas/os. Na transformação do silêncio em linguagem e em ação, é essencial que cada uma de nós estabeleça ou analise seu papel nessa transformação e reconheça que seu papel é vital nesse processo (LORDE, 2019, p.54).

Não pontuamos a fala como uma questão de somente dialogar, mas de colaborar em mais diversas formas de existência para sermos sujeitas que ocupam o lugar, deixando de estar à margem da sociedade. As políticas públicas que deveriam legitimar o acesso aos direitos, muitas vezes, reforçam o lugar de negação dos espaços, onde seguimos assujeitadas constantemente, como mulheres negras inferiores em relação às mulheres brancas. Isso reproduz o lugar de subalternização que o racismo nos coloca. Quando falamos de direito à existência digna, à voz, estamos falando de locus social, de como esse lugar imposto dificulta a possibilidade de transcendência. Absolutamente não tem a ver com uma visão essencialista de que somente o negro pode falar sobre racismo (RIBEIRO, 2019, p.30).

O que se almeja com a luta antirracista é quebrar com o sistema opressor, ideológico de hierarquização de uma raça sobre a outra que põem as negras em uma posição inferior e o feminismo negro é uma estratégia de enfrentamento ao racismo patriarcal da sociedade brasileira. Por isso, denunciamos que,

Do mesmo modo, nós, mulheres e não brancas, somos convocadas, definidas e classificadas por um *sistema ideológico de dominação* que nos infantiliza. Ao nos impor um lugar inferior dentro de sua hierarquia (sustentado por nossas condições biológicas de sexo e raça), suprime nossa humanidade precisamente porque nos nega o direito de ser sujeitos não apenas de nosso próprio discurso, mas de nossa própria história. (GONZALEZ, 2020, p.128).

O feminismo negro se organiza para combater o sistema ideológico que oprime os povos negros desde a escravidão, onde ato de interferir nos processos sociais é para que se possibilite a construção da subjetividade feminina. A luta das mulheres negras é comprometida com o resgate das suas histórias, recriando em suas potencialidades a tentativa de buscar mudanças que permitam novas experiências relacionais de poder na sociedade (MOREIRA, 2007, p.12).

A percepção do feminismo negro enquanto um movimento que não somente luta pelas desigualdades para com as mulheres negras como um ativismo de reprodução do conhecimento da luta antirracista é para desenvolver o reconhecimento das estruturas, as posições sociais, a

dominação e o privilégio branco. Na posição de privilégio, o branco sempre está autorizado a falar, mas as negras não. Ela está sempre confinada à posição de marginalidade e silêncio que o pós-colonialismo prescreve. (KILOMBA, 2019, p. 41).

As narrativas das mulheres que são silenciadas são para inviabilizar as histórias de conflito das lutas das mulheres negras na construção de uma identidade que é constantemente deslegitimada. Falar de racismo, opressão de gênero, é visto geralmente como algo chato, “mimi” ou outras formas de deslegitimação. A tomada de consciência sobre o que significa desestabilizar a norma hegemônica é vista como inapropriada ou agressiva, porque aí se está confrontando o poder. (RIBEIRO, 2019, p.35).

Nessa perspectiva, Djamilia Ribeiro dialoga que é equivocado se fazer uma paridade entre esses, pois uma mulher negra pode pertencer a um determinado grupo e não se sentir representada, mas este grupo pode dialogar sobre a realidade desta mulher, quem está na posição de poder fala de um lugar de privilégio, já a [...] negra fala a partir de sua localização social, [...] Se existem poucas travestis negras em espaços de privilégio, é legítimo que exista uma luta para que elas de fato possam ter escolhas numa sociedade que as confina a um determinado lugar; logo, é justa a luta por representação, apesar dos seus limites. (RIBEIRO, 2019, p.37).

Logo, o feminismo negro é um atuante na luta por um lugar de representação da mulher negra na luta antirracista e sexista, mas essas também respeitam a diferença e se conduzem em protagonizar a vozes para que se possa ter a [...] falar a partir de lugares é também romper com essa lógica de que somente os subalternos falem de suas localizações, fazendo com que aqueles inseridos na norma hegemônica nem sequer se pensem. (RIBEIRO, 2019, p.37).

Então, compreender a importância da construção das feministas na percepção das diferenças de mulheres negras e brancas, representou uma demarcação para se desconstruir a desresponsabilização que se tinha quanto a questão étnico racial com parte do discurso feminista. A necessidade de compartilhar e investigar o papel fundamental das feministas e mulheres na representação política enquanto sujeitas à identidade racial.

A identidade étnico-racial como um atributo positivo de diferenciação das feministas negras serviu como uma ponte que as conduziram para a própria representação política no campo feminista. Entretanto, como é apresentado nas estatísticas, o segmento da população negra no Brasil ainda é atingido pelos lentíssimos ritmos de ascensão social. (MOREIRA, 2007, p. 21).

Dessa forma, o entendimento desta identidade é um fator de reprodução no campo político feminista e no debate para a representação dos sujeitos que verbaliza as diferenças sociais que se estabelece na sociedade. Daí a importância de se apreender a partir de um ponto na qual

sua voz seja ouvida, num ato de assumir o papel de visibilidade. É nesse sentido que a autora Djamila Ribeiro levanta o debate sobre “O que é lugar de fala e como ele é aplicado no debate público”. Para a autora (2019), pensar lugar de fala é uma postura ética, pois “saber o lugar de onde falamos é fundamental para pensarmos as hierarquias, as questões de desigualdade, pobreza, racismo e sexismo”. (RIBEIRO, 2019, p.37).

Nesse contexto, o processo de assumir o ato de falar e não de deixar que o outro fale sobre as vivências das mulheres negras é resultado de uma desconstrução das estruturas de poder que as teóricas feministas têm buscado desmistificar, acerca da desqualificação do conhecimento das mulheres negras. Assim, é por se opor ao lugar de opressão imposto aos negros e, principalmente às mulheres negras que estas sofrem as múltiplas discriminações da sociedade patriarcal. O feminismo negro foi definido como um movimento de lógica política para combater as múltiplas e simultâneas opressões a todas as mulheres negras. (LEMOS, 2016, p.17).

Segundo Djamila Ribeiro (2019), na imposição da dominação é fundamental entender que o lugar de fala se dá diante da localização social pertencente a cada indivíduo, pois apreender que as mulheres negras falam a partir de um lugar de desigualdade, de deslegitimação, opressão é um movimento de articulação contra o racismo e sexismo - principal motivo da posição desigual das mulheres e sua marginalização na sociedade brasileira.

A interrupção do regime de autoridade que as múltiplas vozes tentam promover, faz com que essas vozes sejam combatidas de modo a manter esse regime. (RIBEIRO, 2019, p.37). A opressão tenta pôr as negras novamente em posição de subalternidade, por meio do silenciamento da fala, que delimita as possibilidades. Nesse cenário, os brancos, com melhor visibilidade e privilégio, em um lugar de hierarquia, favorecem a opressão dos negros e negras. Desse modo, há o silêncio do oprimido que nunca aprendeu a falar e há a voz daqueles que têm sido forçadamente silenciadas, mas que, por ousarem falar, resistem. (hooks, 2019, p. 38).

Logo, a discussão da questão racial deve estar em constante articulação com o debate da "questão social", já que devemos compreender o racismo como uma problemática social que deve ser debatida e enfrentada por toda a sociedade e não somente por quem sofre a opressão. Nesse campo das ideias, é necessário romper as conjunturas dos sistemas dominantes para deslegitimar e inviabilizar seus diálogos.

Fazem isso, as teóricas feministas quando se posicionam para dialogar com as problemáticas feministas. Assim, se apresentam num movimento de reivindicação e de denúncias de que as estruturas desiguais da população negra no Brasil são uma construção histórica do que foi o período escravocrata brasileiro. As mesmas, afirmam que,

Devido ao racismo, pessoas negras experienciam uma realidade diferente das brancas e, portanto, questionamos, interpretamos e avaliamos essa realidade de maneira diferente. Os temas, paradigmas e metodologias utilizados para explicar tais realidades podem diferir dos temas, paradigmas e metodologias das/os dominantes. Essa "diferença", no entanto, é distorcida do que conta como conhecimento válido. (KILOMBA, 2019, p. 54).

Nessa lógica, as teóricas feministas tentam validar nas narrativas das diferenças entre brancas e negras, a ação das estruturas dominantes no apagamento das narrativas das mulheres negras. Nesse sentido, contradiscursos e contranarrativas não são importantes somente num sentido epistemológico, mas também no de reivindicação de existência. (RIBEIRO, 2016, p.101).

As contranarrativas, ao utilizarem dos mesmos instrumentos das narrativas, são competentes em desconstruir os muros da opressão, e de ampliar o repertório para explicar as realidades e as suas diferenças para que se possibilite uma democratização das falas das mulheres negras mediante a dominação do sexismo.

Friso que mesmo diante dos limites impostos, vozes dissonantes têm conseguido produzir ruídos e rachaduras na narrativa hegemônica, o que muitas vezes, desonestamente, faz com que essas vozes sejam acusadas de agressivas por lutarem contra a violência do silêncio imposto. O grupo que sempre teve o poder, numa inversão lógica e falsa simetria causada pelo medo de não ser único, incomoda-se com os levantes de vozes. Entretanto, mesmo com essas rachaduras, torna-se essencial o prosseguimento do debate estrutural, uma vez que uma coisa não anula a outra, definitivamente. (RIBEIRO, 2019, p.38).

O rompimento com o silenciamento é também uma ação de compreensão da necessidade de transgredir com a epistemologia dominante que provoca o apagamento das questões raciais e do sexismo. A questão do silêncio também pode ser estendida para um silêncio epistemológico e de prática política dentro do movimento feminista. O silêncio em relação à realidade das mulheres negras não a coloca como sujeitas/os políticas. (RIBEIRO, 2016, p.102).

O diálogo para romper com o silenciamento é a desconstrução da lógica dominante para se proporcionar um debate de questões invisibilizadas, possibilitando colocar a mulher negra em lugar de sujeitos/as políticas. A falta de um olhar étnico-racial para políticas de enfrentamento à violência contra a mulher. A combinação de opressões coloca a mulher negra num lugar no qual somente a Interseccionalidade permite uma verdadeira prática que não negue identidades em detrimentos de outras. (RIBEIRO, 2016, p.102).

Portanto, o movimento feminista teórico se desenvolve na produção intelectual para contribuir na concepção de conhecimento e dar visibilidade à realidade das mulheres negras demonstrando a relevância de registrar e demarcar as desigualdades para colaborar com uma ênfase acadêmica à epistemologia feminista negra na sociedade à epistemologia feminista negra

na sociedade brasileira. Em outras palavras, é possibilitar dialogar e produzir mais conhecimento interseccionais nas dinâmicas do racismo e sexismo.

2.2 Interseccionalidade: Raça, Classe, Gênero e o Feminismo Negro

As transformações do feminismo negro Brasileiro emergem de uma busca das teóricas feministas em enfrentar os desafios postos na construção do feminismo e na incorporação de pautas da singularidade das mulheres negras. É mediante a ausência nas narrativas do feminismo branco e do movimento negro em não darem conta das especificidades da mulher negra, que se procurou demonstrar a inter-relação entre raça, gênero e sexismo.

Os movimentos compartilhavam da ideia de igualdade feminina e assim se originou a produção de formas de opressão internas, na medida em que silenciaram diante de formas de opressão que articulassem racismo e sexismo, posicionando as mulheres negras em uma situação bastante desfavorável (RODRIGUES,2013, p.2).

As dificuldades em se incorporar a questão racial como uma problemática do feminismo e se quebrar com essa visão universalista, fez que as mulheres negras se organizassem para que o movimento feminista compreendesse que não podia discutir os direitos para as mulheres brancas da mesma forma que para as negras. Assim também, não poderia o movimento negro lutar contra as desigualdades sem incorporar as problemáticas de gênero e sexismo nas pautas do movimento.

Romper com o silenciamento das questões raciais dentro do feminismo significa construir a identidade da mulher negra. Esse processo de explorar as intersecções entre gênero, raça e classe se traduz por compreender as diferenças que existem entre as mulheres. Porém, quando negamos ou silenciamos essas diferenças criamos um impedimento do desenvolvimento da consciência teórica e social de como as intersecções ocorrem para as mulheres negras. É, para cada uma de nós, a empreitada de uma vida inteira extrair essas distorções da nossa existência ao mesmo tempo que reconhecemos, reivindicamos e definimos as diferenças sobre as quais elas são impostas. (LORDE, 2019, p.145).

Reconhecer as definições de diferenças que existem, seja na raça, sexo, gênero, trabalho e religião é acima de tudo uma possibilidade desenvolver uma análise das desigualdades existentes na sociedade. No interior do movimento de mulheres, em particular, desenvolveu-se uma consciência crescente da inter-relação entre sexismo, racismo e exploração da classe trabalhadora. (DAVIS, 2017, p. 74).

Se as observações sobre as múltiplas desigualdades vividas pelas mulheres negras e as opressões, de uma sociedade pautada em um conceito de hierarquização social de estrutura patriarcal, mostram que as mulheres sofrem discriminação por serem mulheres, ao focarmos essas observações nas mulheres negras, vemos que estas sofrem uma discriminação ainda maior e mais complexa, advindas da somatória de tais opressões. Nesse âmbito,

O conceito de Interseccionalidade, como foi originalmente formulado, permite dar visibilidade às múltiplas formas de ser “mulher” sem cair no reducionismo de um princípio unificador comum, mas sem, contudo, resvalar para um relativismo que desloca as relações de poder envolvidas nas diversas formas de opressão, transformando-as em mero objeto de disputa discursiva. (RODRIGUES,2013, p.2).

Desse modo, o posicionamento contra as relações de poder hierárquicas, reproduz um desafio individual e coletivo, pois as opressões recaem tanto sobre os indivíduos de um grupo como sobre o coletivo de mulheres negras. A Interseccionalidade é um conceito usado para proporcionar definição à luta e as experiências de mulheres negras da qual as particularidades não obtiveram lugar de discussão seja no debate feminista ou no debate antirracista. Por isso,

O uso da Interseccionalidade como ferramenta analítica promove entendimentos mais amplos das identidades coletivas e da ação política. A identidade foi uma dimensão importante para o surgimento da Interseccionalidade como forma de investigação e práxis críticas – é o caso, por exemplo, das negras brasileiras que politizaram a identidade negra e feminina em uma sociedade que desvalorizava ambas as coisas (BILGE, COLLINS 2020, p.195).

O conceito de interseccionalidade proposto pelos estudos feministas propõem compreender as articulações de diferentes categorias da sociedade, que se inter-relacionam na estrutura social (classe social, gêneros, raça/etnia, cor, sexualidades, corpos, entre outras) e como essas produzem desigualdades.

Deste modo, a interseccionalidade é uma tentativa de articular as múltiplas diferenças que perpassam no âmbito social. Possibilitam apreender como essas transitam entre a interdisciplinaridade acadêmica e como a discussão desta é uma importante forma de se entender as opressões e discriminações vivenciadas por mulheres negras. Assim a Interseccionalidade se configura em uma importante ferramenta analítica oriunda de uma práxis-crítica em que raça, gênero, sexualidade, capacidade física, *status* de cidadania, etnia, nacionalidade e faixa etária são construtor mútuos que moldam diversos fenômenos e problemas sociais. (BILGE, COLLINS, 2020, p.3).

Os problemas sociais advindos de opressão da sociedade capitalista patriarcal impulsionam o feminismo negro a busca dialogar. Esse debate visa compreender as múltiplas realidades da dinâmica cotidiana de mulheres. O feminismo negro dialoga concomitantemente entre/com as encruzilhadas, digo, avenidas identitárias do racismo (AKOTIERENE, 2018, p.16).

As encruzilhadas que o feminismo negro dialoga é de um lugar de desigualdade no qual mulheres negras estão postas socialmente numa posição de marginalização socialmente estruturada na sociedade brasileira, ou seja, o racismo se constitui como um determinante de uma realidade desigual. Nesse sentido,

A consciência de que a identidade de gênero não se desdobra naturalmente em *solidariedade racial intragênero* conduziu as mulheres negras a enfrentar, no interior do próprio movimento feminista, as contradições e as desigualdades que o racismo e a discriminação racial produzem entre as mulheres, particularmente entre negras e brancas no Brasil. O mesmo se pode dizer em relação à solidariedade de gênero intragrupo racial que conduziu as mulheres negras a exigirem que a dimensão de gênero se instituisse como elemento estruturante das desigualdades raciais na agenda dos Movimentos Negros Brasileiros (CARNEIRO, 2003, p. 120).

O aporte teórico da discussão de gênero possibilitou se apreender as relações que conduziram as mulheres negras a construir a dimensão de gênero como um elemento da estrutura das desigualdades raciais no Brasil, mas esse contexto ocorre de modo que parece que somente as mulheres negras podem articular sobre o racismo e sexismo, como se apenas as negras fossem marcadas pela questão racial. Pelo contrário, temos que compreender a questão racial como uma problemática que atinge toda a sociedade. Daí a importância de um debate mais amplo, que deve ser desenvolvido nas múltiplas camadas da sociedade.

Neste movimento, realizar a articulação destes debates demonstra que entendemos a interseccionalidade como ferramenta analítica de uma dimensão interdisciplinar das dinâmicas sociais. No entanto, contestar a discriminação interseccional é singularmente uma tarefa difícil de identificação, nos contextos dos pilares econômicos, culturais e sociais que silenciosamente colocam as mulheres em uma posição onde acabam sendo afetadas por outros sistemas de subordinação. Por ser tão comum, a ponto de parecer um fato da vida, natural ou pelo menos imutável, esse pano de fundo (estrutural) é, muitas vezes, invisível (CRENSHAW, 2002, p. 176).

Mediante o exposto, é preciso pensar nas problemáticas das estruturas da invisibilidade e os fenômenos das interações entre os eixos de subordinação, o qual coloca as mulheres negras na condição de outro. É nesta perspectiva que a interseccionalidade conceitua as problemáticas que visam registrar os resultados das estruturas dos funcionamentos dos eixos de subordinação, como o racismo, o patriarcado, a opressão de classe e os demais sistemas discriminatórios que

se estabelecem em desigualdades básicas nas quais organizam posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Os eixos estruturantes de dominação também são responsáveis por constituir as diversas formas de violência nas dinâmicas sociais. Segundo, Carla Akotierene (2018, p.22) O *domínio estrutural do poder* refere-se às estruturas fundamentais das instituições sociais, como mercados de trabalho, moradia, educação e saúde. São essas estruturas que possibilitam a violência patriarcal em que a interseccionalidade influenciou o ativismo político das feministas como também contribuiu para a construção de políticas públicas. O uso da interseccionalidade como ferramenta analítica promove uma concepção mais ampla de como formas heterogêneas de violência contribuem para a desigualdade e a injustiça social (AKOTIERENE, 2018, p.70).

Esses sistemas de discriminação e opressão são ferramentas que contribuem para que se estabeleça na sociedade brasileira uma subalternização e marginalização das mulheres negras. É essa marginalização que se caracteriza como fator desigual, o qual é parte de uma estrutura da formação social brasileira, formação esta que colaborou para a “questão social” e étnico racial a qual o Serviço Social debate na sua fundamentação teórica da formação profissional das assistentes sociais. A interseccionalidade não é apenas uma ferramenta política ou um conceito útil nas ciências sociais[...] (MACIEL, RIOS, 2017, p.8).

Mas, a interseccionalidade representa uma ferramenta teórico-metodológica de debater interdisciplinar o qual estabelece uma relação das dinâmicas sociais. Todavia, não somente os eixos de opressão são temas dos discursos das feministas interseccionais, mas, sobretudo, a dimensão da identidade coletiva. Nesse sentido, a interseccionalidade na rede feminista analisada está relacionada diretamente à construção indenitária. (MACIEL, RIOS, 2017, p.10).

De certo, que a interseccionalidade contribuiu para que se estabelecesse uma nova dinâmica de se compreender as relações de raça, gênero, classe e outras, dentro de um contexto social o qual a teórica feminista negra examina certas dimensões dos debates acadêmicos sobre os laços entre identidade e interseccionalidade (BILGE, COLLINS, 2020, p.197).

Os entrecruzamentos de eixos, socialmente coloca as mulheres negras em um lugar desigual. As mulheres racializadas frequentemente estão posicionadas em um espaço onde o racismo ou a xenofobia, a classe e o gênero se encontram. Por consequência, estão sujeitas a serem atingidas pelo intenso fluxo de tráfego em todas essas vias. (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Deste deslocamento, consideramos compreender os processos de invisibilidade, o qual provoca o apagamento da questão racial e social que incidem sobre as mulheres negras a interseccionalidade fez contribuições importantes para reconceitualizar a identidade e a subjetividade individuais (BILGE, COLLINS, 2020, p.196).

Devemos pensar os processos de objetificação e sexualização dos corpos de mulheres negras. Tais processos exigem reflexões que se projetam no campo do debate, como dito, da interseccionalidade de raça, gênero, sexualidade e como tal interferência social, envolve uma questão no desenvolvimento do afeto para as mulheres negras já que estamos [...] falando de uma sociedade estruturada pelos sistemas de opressão e dominação, então a percepção empírica da influência social nas relações entre indivíduos que envolvem afetividades deve ser considerada ou ao menos vista com maiores critérios (BERTH, 2019, p. 85).

Mulheres negras, estão na sociedade em uma posição de sujeitos ocultos em um contexto em que a cultura é de se pensar as mulheres brancas para o casamento e as mulheres negras para a curtição. Sob esta ótica, reproduz-se no imaginário social e coletivo a ideia de que as mulheres negras não devem ser levadas a sério. Dessa forma, elas são retiradas, de qualquer forma, da realidade do afeto, como se a elas não se pudesse ser direcionado o amor. Essa maneira de pensar as mulheres negras fomenta violências diversas no campo mental, mas também físico, dentre os quais, a própria violência sexual. Todo esse contexto, viola o campo das emoções e faz com que estas mulheres estejam expostas à própria sorte e ainda assujeitadas de relações afetivas rasas, abusivas e tóxicas que se estabelecem permeando um processo de outras tantas violências diversas reprodutoras de múltiplos processos de objetificação de seus corpos.

É nesse sentido que defendemos que os atravessamentos das questões raciais podem ser analisados dentro das dinâmicas sociais como parte da formação de redes do feminismo que encontra suporte para a incorporação de outros eixos de opressão, assim também como um espaço político.

A formação de redes de feminismo interseccional como a analisada aqui exige, certamente, um olhar atento para as distintas ondas de mobilização de mulheres negras no Brasil. Parte do feminismo negro parece encontrar na interseccionalidade um caminho não apenas para a incorporação de outros eixos de opressão, mas também um espaço para permitir às suas integrantes o trânsito num contexto político que abriga diversas vertentes responsáveis pela caracterização da mobilização de mulheres negras.

Devemos apreender que o conceito de interseccionalidade na sociedade brasileira vai ganhar notoriedade acadêmica na medida em que se tenha uma maior participação de mulheres

negras na academia brasileira seja essas na condição de docentes/pesquisadoras ou de estudantes. Assim, à medida em que mais escritoras ganham espaços para debater as questões raciais e de sexualidade, esse debate vai ganhando mais espaço e corporeidade dentro do universo acadêmico.

Nesse contexto, a interseccionalidade representa uma ferramenta analítica, das lutas teóricas e sociais e das problemáticas da questão social, das quais as mulheres negras não devem abrir mão. Levar esse debate para dentro do Serviço Social é imprescindível. É fundamental, compreender dentro do Serviço Social as intersecções existentes nas práticas cotidianas de atuação dos/as assistentes sociais como no pensamento, nas pesquisas, assim como na promoção de uma nova ordem societária em que a realidade das mulheres negras sejam parte do debate do Serviço Social brasileiro, não somente nas dimensões cotidianas, mas como objeto de estudo, exercendo um Serviço Social ainda mais interligado à defesa intransigente dos direitos humanos, a defesa das identidades, das sexualidades, das raças e diferenças que constituem cada mulher negra e indivíduo social.

2.3 Feminismo Negro: Os efeitos das contribuições teóricas em análise

Na empreitada de apreendermos o percurso das observações em torno da constituição do feminismo negro no Brasil, apresentamos como as teóricas feministas negras compreendem as desigualdades em que estão inseridas e quais as perspectivas das contribuições do feminismo negro na luta para dar visibilidade e voz as questões das mulheres negras para proporcionar dentro do feminismo uma luta antirracista.

Mediante o crescente movimento do protagonismo das mulheres negras no interior do feminismo negro brasileiro, foi possível observarmos, no decorrer das leituras, as significativas mudanças das concepções das pautas da política feminista, e como estas pautas contribuiriam para a busca da melhoria das condições das mulheres negras na sociedade brasileira. Paulatinamente, o movimento de mulheres negras vem sinalizando para iniciativas fundamentais nas imbricações entre racismo e sexismo (CARNEIRO, 2003, p. 128).

Assim para que pudéssemos apreender qual o percurso das lutas das mulheres negras no Brasil nos debruçamos sobre o pensamento das teóricas do feminismo negro, as propostas e contribuições para que pudesse ter uma sociedade igualitária socialmente justa. Para tanto, vimos que algumas teóricas apresentam a emergência na instauração de um novo marco civilizatório, no qual se pautam, as questões da demanda de se avançar nas políticas democráticas.

É no movimento destas teóricas que buscamos demonstrar as perspectivas que contribuem para se pensar uma sociedade brasileira na qual a mulher negra seja visível. Assim, buscamos aqui fazer a articulação das dinâmicas da atuação das/os assistentes sociais na viabilização de políticas sociais em defesa dos direitos em a tentativa quebrar com os paradigmas do preconceito de uma sociedade hierarquizada, que articulam a exclusão de gênero e raça determinadas por uma sociedade capitalista, sexista, racista e patriarcal.

Face ao exposto, investigamos os principais conceitos e debates que pautam os textos das teóricas feministas brasileiras em articulação com o pensamento das teóricas americanas conceituadas por suas convicções no desenvolvimento de um pensamento epistêmico que possibilita a compreensão das dinâmicas sociais das mulheres negras. Por isso, é de suma importância compreender quais as perspectivas do feminismo negros que podemos articular com o Serviço Social juntamente com as questões étnico-raciais na formação acadêmica.

Assim, nos debruçamos para conceituar as articulações das problemáticas do racismo e do sexismo da sociedade racista, sexista e patriarcal como a brasileira. Segundo Beatriz Nascimento (2021, p.45), numa sociedade como a brasileira a dinâmica de um sistema econômico de ordem capitalista, há uma hierarquia de classe que constrói mecanismo para se determinar qual grupo vai ocupar os espaços, pois

O critério racial constitui um desses mecanismos de seleção, fazendo com que as pessoas negras sejam relegadas aos lugares mais baixos da hierarquia, através da discriminação. O efeito continuado da discriminação praticada pelo branco tem também como consequência a internalização, pelo grupo negro, dos lugares inferiores que lhes são atribuídos. Assim, os negros ocupam aqueles lugares na hierarquia social, desobrigando-se de penetrar os espaços que estão designados para os grupos de cor mais clara, dialeticamente perpetuando o processo de domínio social e privilégio racial.

Entender as imbricações do colonialismo e da escravidão é uma das principais premissas para se entender o racismo carregado de mecanismo classista. Tais contextos, postergaram aos negros e negras condicionantes inferiorizantes da condição social, que se deram por intermédio das mesmas discriminações raciais e sexistas. Efeito da discriminação patriarcal composta pela sociedade branca que atribui o lugar das negras /os de inferiores na qual o privilégio de uma classe sobre a outra.

Kilomba reitera: Por fim, ambos os processos são acompanhados pelo poder: histórico, político, social e econômico. É a combinação do preconceito e do poder que forma o racismo. E, nesse sentido, o racismo é a supremacia branca. Outros grupos raciais não podem ser racistas nem performar o racismo, pois não possuem esse poder. Ou seja, para Kilomba as diferenças

entre brancos e negros e a hierarquização de uma raça sobre a outra é o que gera o preconceito racial que está estruturado na sociedade brasileira, tal como em estruturas de poder patriarcal.

A fim de promover uma melhor compreensão neste trabalho sobre a imbricação da questão social com a questão racial e o feminismo é que evidenciamos na tabela abaixo um breve resumo que destacam a pensadora com sua nacionalidade e categoria teórica o objetivo é também de facilitar a busca no Serviço Social de fontes de pesquisa que aprofundam o debate sobre a realidade da mulher negra para futuras pesquisas. Essa foi uma forma também de reafirmar meu compromisso enquanto mulher negra e estudante de Serviço Social com a defesa dos direitos humanos, na ação da luta antirracista para se desenvolver políticas de enfrentamento as desigualdades raciais.

Corroboro com o pensamento de que compreender a importância do feminismo negro para a protagonização das mulheres negras e suas pautas só fazem sentido se for para que passemos a ser protagonistas das nossas próprias problemáticas. Ademais, falar em empoderamento de um grupo social é também falar sobre a democracia e a expansão da sua atual restrita aplicação. O empoderamento, na vida política pública, também é efetivado pelo exercício dos direitos políticos, entre os quais a participação como cidadão e cidadã na discussão pública é a principal ferramenta.

Assim, segue abaixo o quadro com os nomes, nacionalidade e categoria de algumas das autoras aqui analisadas na perspectiva da epistemologia feminista.

Autora	Nacionalidade	Categoria
Beatriz Nascimento	Brasileira	História de vida e Quilombo
Conceição Evaristo	Brasileira	Relações de gênero
Carla Akotiere	Brasileira	Interseccionalidade
Djamila Ribeiro	Brasileira	Antirracismo e Lugar de fala
Léila Gonzalez	Brasileira	Ativista, diálogos e intervenções feminista
Nubia Regina Moreira	Brasileira	Organizações feminista negras
Sueli Carneiro	Brasileira	Mulher negra
Internacional		
Angela Davis	Americana	Mulheres, Raça, Classe e Ativismo feminista negro
Audre Lorde	Americana	Feminista e autocuidado

Bell hooks	Americana	Pensar como feminista
Grada Kilomba	Portuguesa	Atemporalidade do Racismo
Kimbelé Creshaw	Americana	Interseccionalidade
Patricia Hill Collins	Americana	Interseccionalidade

As contribuições, diálogos e intervenções das autoras feministas que inclinamos para investigar viabilizou fazer o encadeamento destas teóricas e seus conceitos com o serviço social com vistas a verbalizar as pautas das mulheres negras para um fazer profissional amparado nas dinâmicas sociais e raciais que está nas interlocuções da estrutura social do Brasil.

A análise das relações de exploração/opressão de raça/ etnia e de gênero torna-se importante, principalmente quando se busca apreender, nos processos sociais reais, as determinações que limitaram/impediram os (as) racialmente discriminados (as) de participarem da constituição política da “questão social”. Evidentemente, não há como negar as determinações das relações étnico-raciais e de gênero na consolidação do “lugar” do (da) negro (a) na estrutura do capitalismo brasileiro (MARTINS, 2014, p. 129).

Portanto, as pesquisas possibilitaram a aproximação e o conhecimento, para o desenvolvimento de práticas sociais que dão visibilidade às problemáticas de mulheres negras advindas da opressão e exploração de raça e gênero, que determinam e limitam os/as discriminados/as racialmente. São estes/as oprimidos/as que estão na atual conjuntura, consolidados/as em um lugar de marginalização social na estrutura capitalista. Por isso, é fundamental que as observações das desigualdades sociais das mulheres negras sejam mais amplamente dialogadas nos debates do Serviço Social para que possibilitem a participação destas na fundamentação de políticas da questão social de raça/ etnia e gênero.

Contudo essa investigação propiciou o conhecimento para uma visão interdisciplinar e interseccional do feminismo negro de forma que essa discussão torna-se emblemática para o Serviço Social na medida em que contribui para uma compreensão sobre a dinâmica da formação socio-histórica e os reflexos impactos na vida das/ dos sujeitas/os que compõem o tecido social. Por meio deste estudo foi possível identificar um conjunto de aspectos que demarcam:

- A utopia da universalidade da mulher;
- As diferenças que se há intragênero
- Entendimento de que o privilégio constitui para as mulheres em uma hegemonia de grupos raciais

- A discriminação racial como fator de produção e reprodução das desigualdades sociais vivenciadas pelas mulheres negras no Brasil;
- A necessidade da construção de políticas próprias para as mulheres negras para equilibrar as oportunidades sociais;
- A compreensão como ocorre e o porquê da feminização da pobreza e as dimensões racial da pobreza no Brasil;
- A demanda de se realizar o corte racial na problemática enfrentada pelo Serviço Social.

Ademais, são necessárias as intervenções de tais questões no âmbito público. Desse modo, o debate no Serviço Social contribui para que haja um alargamento democrático da igualdade e justiça social numa defesa intransigente dos direitos humanos nas quais há uma sobreposição de gênero e raça como fatores inquestionáveis na construção de um novo marco civilizatório.

DESATANDO NÓS: À GUIA DE CONCLUSÕES



Mil nações
Moldaram minha cara
Minha voz
Uso pra dizer o que se cala
O meu país
É meu lugar de fala
(Elza Soares -O que se Cala)

O trecho citado acima é da música “O que se Cala” da cantora Elza Soares e a escolha pela canção se fez por ser esta uma música que remete ao silenciamento da questão étnico-racial a qual observamos e enfrentamos não somente nas dinâmicas da profissão, mas em diversos âmbitos da vida social.

Nesse caminho de tentar quebrar com a invisibilidade das questões étnico-raciais e de gênero, é que nos apropriamos das escritas de teóricas cuja fundamentação na constituição e organização do feminismo negro e seu ativismo tecem repostas contra opressão e constroem o feminismo negro no Brasil, enquanto um movimento que emergiu como forma de proporcionar o protagonismo das mulheres negras e as suas problemáticas sociais. Um feminismo que se articula com as organizações das mulheres negras para produção de um debate necessário na dialética das opressões e da luta antirracista.

Historicamente, mulheres negras foram e são marginalizadas do debate público das construções de políticas públicas no Brasil, mediante uma perspectiva de silenciamento que tende a não tratar das realidades desiguais das mulheres negras na sociedade brasileira. As realidades concretas atravessam as múltiplas dimensões da vida de mulheres negras, nos mais variados espaços sócio-ocupacionais no qual as lutas feministas e antirracistas são ainda silenciadas. Face às múltiplas construções históricas da categoria profissional, pautas dessa natureza revelam cada vez mais a necessidade de compor a tônica das discussões e intervenções que emergem no Serviço Social, porém sob o ponto de vista do que preconiza o Código de Ética Profissional, estruturado na defesa intransigente dos direitos humanos, percebemos como paradoxal, as invisibilidades expressas no que se refere à questão étnico-racial.

Partindo das marcas históricas apresentadas nesse trabalho de conclusão de curso, aspiramos a repensar sobre as práticas diárias do fazer profissional, para compreender a relevância da incorporação da questão étnico-racial junto às reflexões da questão social. Embora a integração efetiva da problemática do racismo e ao debate de gênero venha ocorrendo de maneira tardia, está também passa por um processo de maturação e aceitação deste marco necessário ao debate social brasileiro e no curso de Serviço Social.

Observamos que o processo da formação profissional apoiada por um projeto ético-político expõe de forma tímida ou mesmo ausente, abordagens teórico-metodológicas voltadas

para as questões étnico-raciais. Assim, consideramos urgente a demarcação de um projeto profissional equiparado na concepção de uma outra sociabilidade, que assegure um debate consistente e profundo sobre as relações que de fato incidem no tecido social, e não somente prevalecendo o marcador de classe, mas para além dela.

Ora, pensar em um novo projeto ético-político possibilitaria a integração e discussão de raça, gênero e classe de modo integral e transversal na formação e produção de conhecimento no Serviço Social, para atender as demandas que se apresentam no fazer profissional das/os assistentes sociais. Observa-se uma limitação na dimensão crítica que dá visibilidade às questões raciais e sexuais, contudo é legítima a necessidade de debater racismo, sexismo, patriarcal, com vistas ao enfrentamento efetivo das questões sociais que estão entrelaçadas com a questão de gênero, raça/etnia.

Ainda que esse debate ocorra de maneira tardia e gradativa, reconhecemos que o primeiro passo foi dado com a incorporação de diálogos e debates, textos, campanhas, produções do conjunto CFESS/CRESS, ABEPSS, trabalhos acadêmicos acerca da discriminação racial, do machismo, alguns dos quais citamos no presente trabalho. Dada a história da formação social brasileira e do racismo estrutural ainda velado no Brasil, a compreensão e a inserção destes temas na prática profissional, em estudos e pesquisas sobre as relações e intersecções do racismo, sexismo e capitalismo se estabelecem na dimensão da análise social e histórica das particularidades brasileiras.

A partir das investigações do feminismo negro brasileiro com articulação das teóricas do feminismo negro americano, se possibilitou visualizar os encadeamentos dialéticos e interdisciplinares que geram práticas e conhecimentos. Em contraste com a relação dialética que interliga opressão e ativismo, uma relação *dialógica* caracteriza as experiências coletivas das mulheres negras e os conhecimentos que elas compartilham como grupo (COLLINS, 2019, p. 83).

O posicionamento do feminismo negro brasileiro representa uma potência enquanto resistência, organização e enfrentamento ao racismo e sexismo numa luta para dar visibilidade a essas questões que são negligenciadas na sociedade brasileira. A luta do feminismo negro é para que possamos concretizar o desejo de uma sociedade igualitária, no ato de juntos/as resistir e jamais esquecer da ancestralidade de luta que nos constitui como indivíduos/as capazes de resistir à opressão do racismo. Deste ponto de vista, seria possível dizer que um feminismo negro construído no contexto de sociedades multirraciais e pluriculturais tem como principal eixo articulador o racismo e seu impacto sobre as relações de gênero (CARNEIRO, 2019, p.150).

O ato histórico de resistência das mulheres negras ascendeu tanto a postura antirracista com viabilizou promover uma integração do movimento negro e movimento feminista na construção de uma identidade da mulher negra na sociedade. Porém, devemos compreender que não se tem como escolher qual opressão/discriminação devemos lutar, pois temos que entender as intersecções de raça, gênero e classe, e, por conseguinte as discriminações de tais interlocuções, as quais mulheres negras e periféricas encaram diariamente as opressões as marginalizações advindas das estruturas desiguais e sociais da classe numa sociedade capitalista. Todavia, demandamos apreender de que forma o racismo está expresso na ação cotidiana das/os assistentes sociais, para que se adote a melhor postura interventiva e de enfrentamento das dinâmicas da atuação das/os assistentes sociais.

Assim, é inquestionável a demanda de enfrentar o racismo no interior da profissão. A questão étnico-racial é fator fundamental no entendimento das relações de produção e reprodução do ser social na recente organização societária capitalista. Ao evidenciarmos as prerrogativas que se apresentam para o fazer profissional que deem conta dos objetivos éticos de defesa da profissão que integre a questão étnico-racial e as vivências das mulheres negras, precisamos também compreender quão necessário se faz instrumentalizar as gerações do presente e do futuro sobre:

- Uma formação acadêmica que dê conta de apreender a formação histórica e social do racismo e das mulheres negras na sociedade brasileira;
- O aprofundamento em torno da relação questão étnico-racial e “questão social” como fatores das desigualdades sociais existentes que contribui para a feminização da pobreza;
- A garantia de políticas efetivas de enfrentamento ao racismo;
- A formulação de debate interdisciplinar da realidade de mulheres negras na luta antirracista;
- A articulação para a promoção de políticas públicas acerca das desigualdades de gênero e raça.

Desta forma, se pode compreender os desafios que se apresentam à profissão, na perspectiva de romper o conservadorismo permeado pelo silenciamento das realidades da população negra brasileira e a atuação das/os assistentes sociais na defesa intransigente dos direitos humanos, aliada à necessidade do aprofundamento teórico da “questão social” que tem estreita relação com a questão racial diante das particularidades que integram as identidades das mulheres negras.

Mesmo diante dos avanços e debates do feminismo negro na luta antirracista, ainda há uma falta de efetivação para que tal discussão ganhe espaço no Serviço Social. Partindo do entendimento de que o racismo apresenta para a população negra, o debate racial ainda é um debate extenuante fruto de uma condição desigual na qual os negros foram inseridos na sociedade brasileira.

Para romper esse ciclo de desigualdades, torna-se imprescindível reconhecer a construção histórica do racismo em nossa sociedade, nos espaços sociais, econômicos, políticos e culturais, ocupados por povos racializadas e marginalizados na sociedade brasileira, que na maioria das vezes, não deixam brechas para as reivindicações. Cabe então, uma construção de consciência da luta antirracista, cuja luta não pertence somente a população negra, mas a toda a sociedade para romper o mito da democracia racial.

A opressão não é simplesmente compreendida no pensamento – ela é sentida no corpo de inúmeras maneiras. Além disso, como as formas de opressão mudam constantemente, diferentes aspectos da autodefinição das mulheres negras [...] se misturam e se tornam mais evidentes: o gênero de uma mulher pode sobressair quando ela se torna mãe; a raça, quando ela procura moradia; a classe social, quando ela tenta obter crédito; a orientação sexual, quando ela anda na rua com uma companheira; e a origem nacional, quando ela se candidata a um emprego. (COLLINS, p. 502).

As transformações que queremos não se planejam apenas no campo das ideias, mas nos atos e práticas possíveis que corrobore com as significativas mudanças sociais. Quando articulamos tais propósitos a um fazer profissional, buscamos compreender que o Serviço Social, diante das particularidades do trabalho multifuncional e interdisciplinar na construção de uma luta constante de despolitização do racismo e desigualdades que feminiza a pobreza das mulheres negras, possa emergir uma produção de conhecimento capaz de pensar os desafios e as dinâmicas que ainda hão de combater na sociedade capitalista, patriarcal, racista e sexista. Estamos remetendo à questão da ética, como indivíduos sociais inseridos num processo histórico de constante movimento e construção de mudanças significativas, sejam ela remodeladas ou não.

Deste modo, mediante ao exposto seguimos com o objetivo de buscar uma ação profissional pautada na luta para se inserir no debate do curso de Serviço Social as diversas questionamentos que nos conduziu até a presente pesquisa, logo outros questionamentos surgem quais as perspectivas de se assumir dentro do curso de Serviço Social o aprofundamento entorno do feminismo negro e da questão étnico-racial? A articulação do Serviço Social com a interdisciplinaridade pode possibilitar a inserção do debate acerca da condição da mulher negra no Brasil para assim se ampliar dentro do curso o conceito de interseccionalidade e racismo? Como tais

articulações vão contribuir no fazer profissional das/os assistentes sociais? Essas são alguns dos questionamentos que nos impulsionam a tentar continuamente apreender as dinâmicas sociais que se articulam na estrutura social brasileira, sobretudo acerca das pautas das mulheres negras e os condicionantes das desigualdades posta a esta constantemente. Assim tais reflexões são pertinentes para que se possibilite um fazer profissional que rompa com o conservadorismo e adote cada vez mais em seu debate o discurso antirracista.

Entendemos que o Serviço Social deva adotar uma postura que enegreça e feminize suas pautas. Que esse ato corrobora para romper com o silenciamento existente em um contexto histórico-social demarcado por uma pobreza que se agrava em razão da interseccionalidade de classe, raça e gênero. Desse modo, nos posicionamos para verbalizar a viabilização de direitos para que possamos, enquanto profissão, incorporar em nossos discursos e práticas não somente o “ser não racista”, mas indubitavelmente o ato e a posição de **antirracistas em todas as suas pautas de luta**.

Assim, na composição deste estudo, dialogamos e buscamos os conhecimentos deixados por mulheres negras que ousaram transcender o pensamento crítico e analítico de uma realidade que negligenciou as mulheres negras, os corpos objetificados, erotizados e marginalizados. Percorrer essa trilha de saberes, contemplou o meu ser enquanto uma mulher negra e me possibilitou encontrar bases fortes como as autoras aqui citadas e muitas outras que ainda ecoam, ressoam nas (re) ações de diversas profissionais assistentes sociais. Desejamos com este trabalho que finalizamos, estimular e contribuir para o desenvolvimento de uma nova ação crítica, capaz de despertar na profissão, a ousadia de usar nossas vozes e escritas para resistir.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **O que é Interseccionalidade?** Coleção Feminismos Plurais. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). **Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro: ABEPSS, 1996. Disponível em: <<https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2022.

ANDRADE, D. **Para Abaixo da Linha do Equador: o standpoint e as produções feministas acadêmicas do terceiro mundo**. Revista Feminismos, [S. l.], v. 3, n. 2/3, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/30041>>>. Acesso em: 29 out. 2022.

BERTH, Joice. **Empoderamento**. São Paulo: Pólen, 2019.

CARNEIRO, Sueli. **Escritos de uma vida**. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

CARNEIRO, Sueli. **Mulheres em movimento**. Estudos Avançados. 2003, v. 17, n. 49, pp. 117-133. Disponível em: <<<https://doi.org/10.1590/S0103-40142003000300008>>>. Acesso em: 04 set.2022

_____. **Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. Seminário internacional sobre racismo, xenofobia e gênero**. Durban, África do Sul, 2001. Disponível em: <<<https://www.patriciamagno.com.br/wp-content/uploads/2021/04/CARNEIRO-2013-Enegrecer-o-feminismo.pdf>>>. Acesso em: 04 set.2022.

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Tese de Doutorado. Disponível em: <<<https://negrasoul-blog.files.wordpress.com/2016/04/a-construc3a7c3a3o-do-outro-como-nc3a3o-ser-como-fundamento-do-ser-sueli-carneiro-tese1.pdf>>>. Acesso em: 22 out. 2022.

CRENSHAW, Kimberlé. A Interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. In: VVAA. **Cruzamento: raça e gênero**. Brasília: Unifem. 2004. Disponível: <<<https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/?lang=pt&format=pdf>>>. Acessado em: 28 set. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Série – Assistentes Sociais no Combate ao Preconceito: Machismo**. Comissão de Ética e Direitos Humanos (Org.). Caderno 3. Brasília: CFESS, 2016. Disponível em: <<<http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-Caderno06-Machismo-Site.pdf>>>. Acesso em: 01 out.2022.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Série – Assistentes Sociais no Combate ao Preconceito: Racismo**. Comissão de Ética e Direitos Humanos (Org.). Caderno. Brasília: CFESS, 2016. Disponível em: <<<http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-Caderno03-Racismo-Site.pdf>>>. Acesso em: 01 out.2022.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. Trad. Jamille Pinheiro Dias. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

COLLINS, Patricia Hill, Bilge, Sirma. **Interseccionalidade**. 1.ed. - São Paulo: Boitempo, 2020

CORREIA, Aline Nascimento Santos. **O silenciamento da questão étnico-racial no serviço social brasileiro**. In: MARTINS, T.C.S; SILVA, N.F. D. Racismo Estrutural, Institucional e Serviço Social. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2020.p. 115-137.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

EVARISTO, Conceição. **Questão de pele para além da pele**. In: RUFFATO, Luiz. (Org.). Questão de pele. Rio de Janeiro: Língua Geral, 2009.

GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as Rosas Negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa**. São Paulo: Diáspora Africana, 2018.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Schwarcz, 2020.

GIL, Antonio Carlos. **Método e Técnica de Pesquisa Social**. 6. ed. SP: Atlas, 1998. São Paulo, 2008. p. 13-28.

hooks, bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras** Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 2018.

hooks, bell. **Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra**, São Paulo, Elefante, 2019.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LEMOS, R. DE O. **Os feminismos negros: a reação aos sistemas de opressões**. Revista Espaço Acadêmico, v. 16, n. 185, p. 12-25, 7 out. 2016. Disponível:<< <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/33592/17611>>>. Acessado em: 27 out. 2022.

LIRA, Priscila Lemos. **Movimento de mulheres negras e o Serviço Social**. 2019. 169 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Serviço Social, Universidade Federal de São Paulo - Campus Baixada Santista, Santos, 2019. Disponível em: << <https://repositorio.unifesp.br/xmlui/bitstream/handle/11600/51917/Submiss%C3%A3o%20Disser%C3%A7%C3%A3o.pdf?sequence=1>>>Acesso em: 30 ago. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 8.136, Lei nº 12.288, de 20 de Julho de 2010**. Brasília, DF, institui o Estatuto da Igualdade Racial. 21.jul .2010. Disponível:<< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112288.htm>>. Acessado em: 27 out. 2022.

LORDE, Audre, **Irmã Outsider**, Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

MARTINS, T.C.S. **Racismo, questão social e serviço social: elementos para pensar a violação de direitos no Brasil.** Revista Inscrita. Brasília: CFESS, Ano 10, nº 14, p.10-17, dez. 2013.

MARTINS, T.C.S. et al. **“Questão Social” na Formação Profissional** In: MARTINS, T.C.S.; SILVA, N.F. D. Racismo Estrutural, Institucional e Serviço Social. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2020.p. 138-160.

MARTINS, T.C.S. **Determinações do Racismo no Mercado de Trabalho: Implicações na “Questão Social” Brasileira.** Brasília: Temporalis. Ano 14, n. 28, p. 113-132, dez. 2014. Disponível: << <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/7077/6148>>>. Acesso em: 20 set. 2022.

MOREIRA, Núbia Regina. **Representação e identidade no feminismo negro brasileiro.** Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero 7, UFSC, 2006. Disponível: << http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/fg7/artigos/N/Nubia_Regina_Moreira_06.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2022.

MOREIRA, Núbia Regina. **Feminismo Negro Brasileiro: Igualdade, Diferença e Representação.** 31º Encontro da ANPOCS, ST: 18: Estudos de Gênero: teoria e pesquisa, Caxambu, 2006. Disponível em: << <https://www.anpocs.com/index.php/papers-31-encontro/st-7/st18-5/2961-nubiamoreira-feminismo/file>>>. Acesso em: 20 set. 2022.

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras: relações raciais, quilombos e movimentos.** Rio de Janeiro: Ed. Schwarcz S.A, 2021.

NETTO, José Paulo. **A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social,** 1999. Disponível em: << https://www.ssrede.pro.br/wp-content/uploads/2017/07/projeto_etico_politico-j-p-netto_.pdf>>. Acessado em 20 set. 2022.

PEREIRA, Ana Claudia Jaquetto. **Feminismo Negro no Brasil: A luta política como espaço de formulação de um pensamento social e político subalterno.** Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013. ISSN 2179-510X. Disponível em: << http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resouces/anais/20/1384786554_ARQUIVO_AnaClaudiaJaquettoPereira.pdf>>. Acesso em: 01 set.2022.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?.** ed. São Paulo, Letramento/Justificando, 2017.
RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual Antirracista.** 1.ed. São Paulo, Letramento/Justificando, 2019.

RIOS, Flavia. MACIEL, Regimeire. **Feminismo Negro Brasileiro em Três Tempos: Mulheres Negras.** Negras Jovens Feministas e Feministas Interseccionais. Labrys, études féministes/estudos feministas, 2018. Disponível em: << <https://www.labrys.net.br/labrys31/black/flavia.htm>>>. Acesso em: 29 out. 2022.

RODRIGUES, Cristiano. **Atualidade do Conceito de Interseccionalidade para a Pesquisa e Prática Feminista no Brasil.** Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013. ISSN 2179-510X.

SANTOS, Steffane Pereira. **Movimento de Mulheres Negras no Brasil: Rompendo com os silenciamentos e protagonizando vozes.** Revista de Ciências do Estado. Belo Horizonte: v. 5, n. 2, e24506. ISSN: 2525-8036.

APÊNDICE



MOVIMENTO E PENSAMENTO FEMINISTAS NEGROS NO BRASIL: APONTAMENTOS PARA O SERVIÇO SOCIAL

A PESQUISA OBJETIVA ANALISAR OS MOVIMENTOS FEMINISTAS NEGROS DO BRASIL A RESPEITO DOS PROCESSOS IDENTITÁRIOS DAS MULHERES NEGRAS NA LUTA CONTRA O RACISMO E AS DESIGUALDADES DE GÊNERO. TOMA AS CONTRIBUIÇÕES DE PENSADORAS FEMINISTAS NEGRAS PARA OS APONTAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL NA GARANTIA DE DIREITOS.

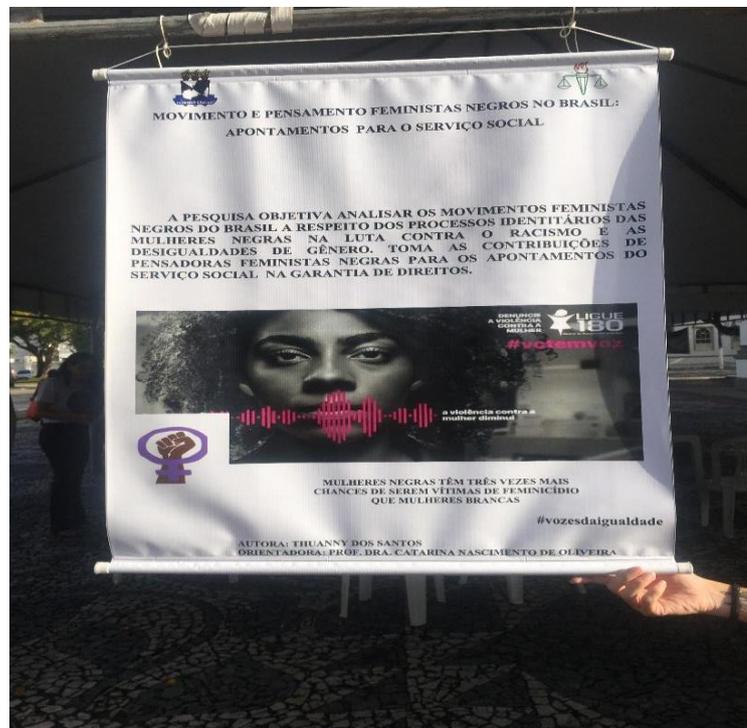
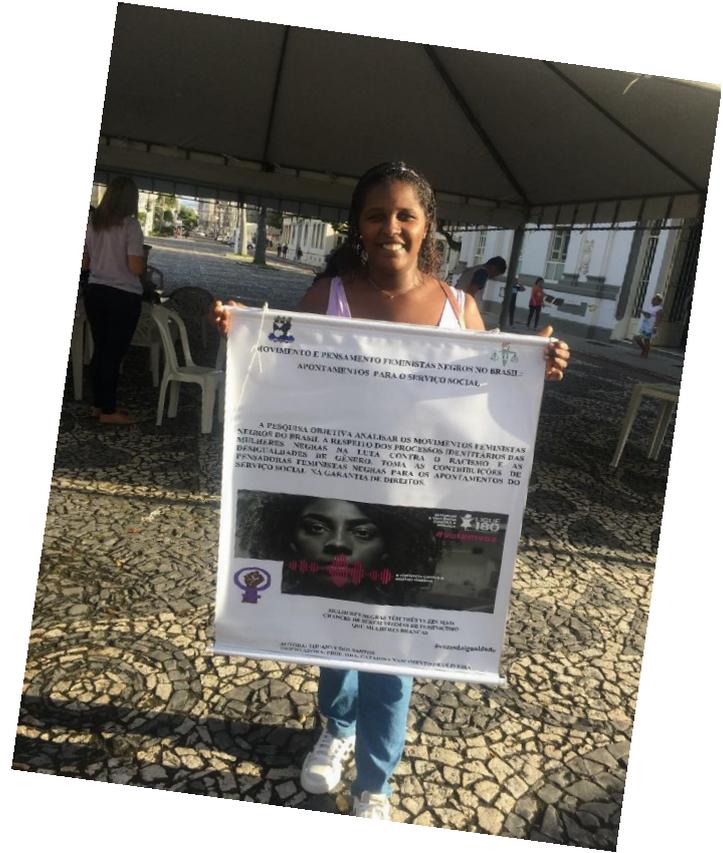


MULHERES NEGRAS TÊM TRÊS VEZES MAIS
CHANCES DE SEREM VÍTIMAS DE FEMINICÍDIO
QUE MULHERES BRANCAS

#vozesdaigualdade

AUTORA: THUANNY DOS SANTOS
ORIENTADORA: PROF. DRA. CATARINA NASCIMENTO DE OLIVEIRA

APÊNDICE



**MOVIMENTO E PENSAMENTO FEMINISTAS NEGROS NO BRASIL:
APONTAMENTOS PARA O SERVIÇO SOCIAL**

A PESQUISA OBJETIVA ANALISAR OS MOVIMENTOS FEMINISTAS NEGROS DO BRASIL A RESPEITO DOS PROCESSOS IDENTITÁRIOS DAS MULHERES NEGRAS NA LUTA CONTRA O RACISMO E AS DESIGUALDADES DE GÊNERO. TOMA AS CONTRIBUIÇÕES DE PENSADORAS FEMINISTAS NEGRAS PARA OS APONTAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL NA GARANTIA DE DIREITOS.



**MULHERES NEGRAS TÊM TRÊS VEZES MAIS
CHANCES DE SEREM VÍTIMAS DE FEMINICÍDIO
QUE MULHERES BRANCAS**

#vozesdaigualdade

AUTORA: THUANNY DOS SANTOS
ORIENTADORA: PROF. DRA. CATARINA NASCIMENTO DE OLIVEIRA